



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS I-CAMPINA GRANDE-PB

CENTRO EDUCACIONAL

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

WLADIMIR SIQUEIRA BEZERRA

**O RURAL INTRÍNSECO AO URBANO NA CIDADE DE
CAMPINA GRANDE-PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2011.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

B574r

Bezerra, Wladimir Siqueira.

O Rural Intrínseco ao Urbano na cidade de Campina Grande - PB [manuscrito] / Wladimir Siqueira Bezerra. – 2011.

76 f.: il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Hélio de Oliveira Nascimento, Departamento de História e Geografia”.

1. Planejamento Urbano 2. Cultura Rural 3. Urbanização I. Título.

21. ed. CDD 711

O RURAL INTRÍNSECO AO URBANO NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB

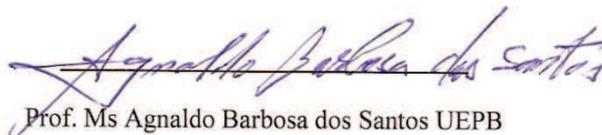
Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba-
UEPB, em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Licenciado em
Geografia

Aprovada em 08/06/2011.



Prof. Ms. Hélio de Oliveira Nascimento UEPB

Orientador



Prof. Ms. Agnaldo Barbosa dos Santos UEPB

Examinador



Prof. Ms. Everaldo Lisboa dos Santos UEPB

Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho Primeiramente a Deus por ter me oferecido a oportunidade de viver, evoluir a cada dia e conhecer todas as pessoas que citarei abaixo.

Ao meu Pai:

Francisco Bezerra da Silva (in memória), verdadeiramente o maior mestre que tive.

À minha Mãe:

Maria das Graças Siqueira Bezerra, que sempre acreditou em mim e, apesar das circunstâncias mostrarem o contrário, manteve a fé.

AGRADECIMENTOS

À UEPB onde encontrei um ambiente acolhedor para aquisição intelectual nesse Curso.

Aos Professores, especialmente ao Hélio de Oliveira Nascimento, meu orientador, que com tanta presteza colaborou nesta monografia, ao Lincoln da Silva Diniz, à Marília Maria Quirino Ramos e a Faustino Moura Neto, com os quais muito pude aprender e obter elementos para está monografia.

Aos colegas de classe, especialmente ao meu amigo Cleonilson Barreto, com quem convivi com muita alegria.

Aos meus amigos, por terem acreditado e fornecido condições para que eu concluísse mais uma etapa desta vida.

Aos funcionários do (a) IBGE, Embrapa, Emepa, Prefeitura municipal de Campina Grande e Centro de Zoonoses que me proporcionam o tempo livre para os estudos, em meus trabalhos durante esta monografia.

À minha namorada Romênia Ruth e minha irmã Waleska Siqueira, que tanto sofreram com minha ausência quando da elaboração desta monografia e dos diversos trabalhos durante o curso.

Aqueles que proporcionaram dedicação e incentivo oferecido antes, durante e, seguramente, por toda a minha trajetória de vida e trajetória profissional.

Um forte abraço!

Primeiramente, há que se considerar que a cidade cresce transformando terra rural em terra urbana. São passíveis de serem loteadas as terras que estiverem mais próximas da cidade já constituída e que podem, por essa razão, ser objeto de iniciativas de extensão de seu tecido urbano. Nesses termos, no plano político-administrativo, são passíveis de serem loteadas as terras que compõem o cinturão que está em torno da cidade já constituída e compreendida por seu perímetro urbano. (M^a Encarnação Beltrão Sposito, 2006)

RESUMO

Uma das maiores preocupações que cercam a humanidade, na atualidade, é o uso da área urbana, como se sabe, o solo citadino está dividido de acordo com a concentração populacional, em partes denominadas de área rural e área urbana. De acordo com os estudiosos deste assunto MALTHUS (1798) e MILL (1848), eles propunham um imposto único sobre a terra, de maneira que impedisse a ascensão dos monopólios e latifundiários nos grandes centros urbanos. Nesses espaços, o solo está dividido de acordo com a concentração populacional, em partes denominadas de área rural e área urbana e o que se nota é a constante monopolização da terra, tanto urbana como rural. Na área urbana estão os fugitivos do campo, os trabalhadores das indústrias e aqueles que vivem da prestação de serviços ou ainda os que possuem terras em meio às edificações, mantendo as tradições e culturas de propriedades da zona rural. As cidades grandes crescem desordenadamente e desestruturadas. Em meio a tudo isso, vários divergências são constatadas, como a facilitação de vários serviços urbanos oferecidos, mas os mesmo tempo não deixam de estar conectado o rural e urbano no mesmo espaço. A busca de um lugar na cidade nada mais é do que uma pretensa melhora nas condições de trabalho, que não se tem no campo e uma melhor qualidade de vida que a zona rural não oferece. Uma cidade, a partir de certo número de habitantes, deve-se preocupar em estruturar todo o seu perímetro urbano, fazendo um planejamento de seus bairros, quanto a suas habitações, rodovias, ferrovias, hospitais, cinemas, parques de lazer, áreas de esportes, áreas verdes, aeroportos, enfim tudo de que necessita uma cidade para ser bem organizada e ambientalmente saudável, com os vários espaços inclusos na cidade se dificulta ainda mais a organização social das comunidades que estão em meio a essa problemática.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura rural, Urbanização da cidade, Planejamento urbano.

ABSTRACT

A major concern surrounding the humanity today is the use of the urban area, as we know, the city land is divided according to population concentration in shares denominated in a rural area and urban area. According to the scholars of this subject Malthus (1798), and MILL (1848), they proposed a single tax on land, in a manner that would prevent the rise of monopolies and landowners in major urban centers. In these areas, the soil is divided according to population concentration in shares denominated in a rural area and urban area and what we see is the continued monopolization of land, both urban and rural. In the urban area are fugitives from the field, the industrial workers and those living providing services or those who own land in the midst of building, maintaining the traditions and cultures of rural properties. Big cities grow disorderly and dysfunctional. Amid all this, several discrepancies are noted, as the facilitation of various urban services offered, but the same time do not fail to be connected to the rural and urban in the same space. The search for a place in town is nothing more than an alleged improvement in working conditions, which has not been in the field and a better quality of life that the countryside does not offer. A city, after a certain number of inhabitants, we should worry about structuring your entire urban area, making a plan of their neighborhoods, about their homes, highways, railways, hospitals, cinemas, leisure parks, sports facilities, green areas, airports, everything that you need a city to be well organized and environmentally sound, with the various spaces in the city are included further complicates the social organization of communities that are in the midst of this problem.

KEYWORDS: Rural culture, Urbanization City, City Planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 –	Comércio na feira de gado no bairro do Ligeiro Campina Grande-PB	37
Figura 2 –	Animais à espera de compradores na feira de gado de Campina	38
Figura 3 –	Comercio ambulante de artigos para criações na feira de Gado	39
Figura 4 -	Mapa - Áreas de Potencial Econômico Agropecuário de Campina Grande-PB	42
Figura 5 –	Mapa - Bairros de Campina Grande com as Áreas de Estudo do Rural/Urbano	44
Figura 6 –	Plantação de Mandioca e feijão no Bairro das Malvinas	61
Figura 7 –	Plantação de feijão e chuchu através de irrigação por gotejamento	61
Figura 8 –	Residência que ainda preserva a arquitetura de casa de fazenda	62
Figura 9 –	Plantio de hortaliças no quintal de residências em Campina Grande	64
Figura10 –	Venda de leite retirado na hora nas décadas de 1960	65
Figura 11–	Venda leite vindo direto da fazenda, nas ruas de Campina Grande	65
Figura 12–	Flagrante de um animal caminhando em uma avenida da cidade	68
Figura13 –	Carroça trafegando em meio ao trânsito de Campina Grande	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 –	Produção agrícola do município de Campina Grande 1980.	29
TABELA 2 –	Números de Propriedades rurais-1983	32
TABELA 3 –	Produção pecuária do município de Campina Grande 1980	32

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1-	Produção pecuária de Campina Grande -2009	33
------------	---	----

LISTA DE SIGLAS

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FNS- Fundação Nacional de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

EMPASA- Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

FIEP - Federação das Indústrias do Estado da Paraíba

SEBRAE- Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas

FUNASA- Fundação Nacional de Saúde

PDDI- CG -Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano

CTN - Código Tributário Nacional

DNOCS- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

ITR- Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural

CF- Constituição Federal

TJPB- Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

PAA- Projeto de Aquisição de Alimentos

SEPLAN - Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Campina Grande

STJ- Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

PARTE I- O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DAS CIDADES	14
1.1 O homem e o surgimento das cidades.	14
1.2 Evolução dos diferentes espaços urbanos mundiais e suas civilizações	15
1.3 As produções agrícolas das Diferentes Civilizações	18
PARTE II - DA VILA NOVA DA RAINHA À CAMPINA GRANDE	21
2.1 Processos histórico/geográfico de Campina Grande	21
2.2 Evolução do espaço urbano de Campina Grande	23
PARTE III- CAMPINA GRANDE, PRODUÇÃO E GRANDEZA	26
3.1 As Principais atividades agropecuárias do município de Campina Grande	26
PARTE IV – AS ÁREAS RURAIS INTRÍNICAS NO MEIO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE	42
4.1 As principais atividades agropecuárias do município de Campina Grande	42
4.2 Delimitações das áreas e atividades rurais na cidade de Campina Grande	48
4.3 A relação entre o poder público e o ator social das áreas urbanas	50
4.4 A tributação impede mais as atividades rurais na cidade do que os riscos da insalubridade no Brasil	52
4.5 A relação entre a população e o ator social das áreas produtoras urbanas	55
4.6 A Relação Entre a População e o Ator Social das Áreas produtoras Urbanas	58
5 CONSIDERAÇÕES	70
6 REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	72

INTRODUÇÃO

São inúmeras as dificuldades encontradas, desde tempos mais remotos, ao que se pode mencionar de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, a respeito inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil. Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país entre 1940 e 1980, observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento desordenado de grandes cidades e a formação de centros metropolitanos são reflexos evidentes que sinalizam um país de um novo tempo.

A relação cidade-campo é uma temática complexa e muito relevante na ciência geográfica, uma vez que a distinção entre a cidade e o campo tornou-se uma tarefa mais difícil a partir da acentuação das articulações entre esses espaços. Com isso, uma maior acentuação se deu a partir da Revolução Industrial e principalmente a partir da urbanização brasileira, intensificada a partir da década de 1970, a qual imprimiu uma nova complexidade ao estudo, pois intensificou os processos de urbanização e industrialização; promoveu o desenvolvimento do capitalismo no campo e a conseqüente modernização da agricultura ou até mesmo a acomodação de segregações ou espaços rurais na cidade. Surgiram ainda, a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural brasileiro. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócio espacial no Brasil.

Diante disso o município de Campina Grande no Estado da Paraíba não foge dessa realidade visto que também apresenta índices de modernização de seu espaço urbano entorno de culturas e propriedades rurais que persistem ou se incorporam a sua urbanização. Nesse sentido, observa-se que a relação campo-cidade em Campina Grande se faz presente no que tange a necessidade de haver uma reestruturação urbana a fim de atender a novas demandas que a cidade necessita, sendo elas ruas, avenidas prédios públicos onde trariam benefícios à sociedade. Por outro lado não se pode a acomodação desses espaços por culturas de conduta rural, se faz pensar em uma sociedade que nesses locais não se curvou ao capitalismo desenfreado e a modernização

de hábitos cotidianos, deixando a população acostumada ao modo de vida rural como até mesmo herança de seus familiares. E com isso dividimos em quatro partes essa pesquisa para melhor demonstrar alguns desses fatos:

Na primeira parte vamos apresentar uma analogia diante dos primórdios das civilizações de modo que se veja a acomodação desde o início do que futuramente seria usado como rural e urbano. Abrangendo as categorias sociais e culturais na época. Nesse mesmo contexto veremos a formação de uma sociedade urbana em diferentes espaços mundiais, como também a produções e o desenvolvimento da agricultura.

A segunda parte abordará o processo histórico do Município de Campina Grande no Agreste paraibano, onde relataremos o processo de ocupação e o crescimento urbanístico desde povoado até a categoria de cidade pólo do comércio de algodão no Brasil. E nessas mesmas condições relataremos a modernização do espaço urbano adquirida com o comércio do algodão.

Na terceira parte vamos comentar a evolução do espaço agropecuário do município mediante as transformações urbanas e do comércio, destacando a produção e a comercialização. E na pecuária daremos ênfase a história dos currais e feiras de gado que contribuíram para o avanço da cidade até os dias de hoje, fazendo uma analogia do processo de agropecuário e a modernização urbana.

A quarta parte demonstrará o entrelaçamento entre o rural (pecuária e Agricultura) e o urbano na cidade de Campina Grande com destacando os bairros da parte Sudeste. O que vamos ver neste trabalho é um olhar específico para instalações e segregações rurais no perímetro urbano da cidade, além disso poderemos notar a presença forte de costumes e da cultura do campo entrelaçada ao meio que a cidade lhe proporciona. Vamos conhecer relatos da vida como também da atividade desempenhadas nesses pontos específicos, como também relatos de moradores que convivem nas proximidades ou até mesmo se beneficiam. E o que a sociedade diz a esse respeito, como age o poder público nesse contraste entre o rural intrínseco ao meio urbano da cidade de Campina Grande-PB.

Portanto, o meio rural se faz presente na cidade assim como o meio urbano exige a cumplicidade do rural, visto que conforme será observado na cidade de Campina Grande há um deslocamento contínuo das pessoas entre os dois espaços já citados, demonstrando desse modo a inter-relação existente entre eles. Observa-se um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, é visível o contraste com o que dominava o passado eminente no contemporâneo.

PARTE I- O SURGIMENTO E A EVOLUÇÃO DAS CIDADES.

1.1-O homem e o surgimento das cidades.

Há anos atrás no lugar de cidades existiam pequenos povoados esses povoados ficavam próximos aos rios, por que as pessoas necessitavam da água para sobreviver no dia-a-dia.

As principais civilizações do Nilo contraíram suas edificações, e até hoje levantam questionamentos sobre o seu processo de construção, diante da falta de tecnologia necessária para tais obras. Estes monumentos da antiguidade eram erguidos muitas vezes para servir de tumba para os faraós em seus falecimentos, idealizava-se também que as construções ostentariam o império egípcio, expulsando de certa forma os seus inimigos. Tal grandiosidade nas edificações desafiava desde aquela época as forças da natureza, a exemplo da construção de barragens, que até hoje é utilizada na construção civil Pinsky (1983,p.20).

Na criação das cidades, o homem se torna realmente sedentário. Surge ai então a hierarquização da sociedade, formando a chamada pirâmide social, onde se estabelece um poder político. Para defesa de seus argumentos o autor utiliza as implicações da formação das cidades no cotidiano da época, que de maneira muito interessante reflete até hoje na realidade do século XXI: Ainda Pinsky (1983) afirma:

Uma civilização, via de regra, implica uma organização política formal com regras estabelecida para governantes e governada (mesmo que autoritários e injustos); implica projetos amplos que demandem trabalho conjunto e administração centralizada (como canais de irrigação, grandes templos, pirâmides, portos, etc.); implica a incorporação das crenças por uma religião vinculada ao poder central, direta ou indiretamente (os sacerdotes egípcios, o templo de Jerusalém, etc.); implica uma produção artística que tenha sobrevivido ao tempo e ainda nos encante (o passado não existe em si, senão pelo fato de nós o reconstruirmos); implica a criação ou incorporação de um sistema de escrita (os incas não preenchem esse quesito, e nem por isso deixam de ser civilizados); implica finalmente, mas não por último a criação das cidades (p.21)

Observando este trecho citado, podemos concluir que a formação de uma estrutura de ordem civil não depende somente das edificações de uma cidade, mas também é formada por uma conjectura política, religiosa e lingüística.

1.2 – Evolução dos diferentes espaços urbanos mundiais e suas civilizações.

Há cerca de 5.500 anos, quando a evolução da agricultura possibilitou a produção e estocagem de excedentes e as sociedades tornaram-se mais complexas, com o surgimento das classes sociais baseadas na divisão social do trabalho. A existência de excedentes agrícolas implicou novas necessidades: alguém deveria ter uma estocagem desse excedente, alguém deveria proteger os silos de alimentos, o que deveria distribuir os alimentos e alguém deveria organizar a produção, a estocagem, a proteção e a distribuição do excedente.

A existência de excedentes também possibilitava as trocas, o comércio, e logo surgiram aqueles que se especializaram nessa atividade. Além disso, toda essa estrutura deveria estar concentrada em um só local, de modo a facilitar seu funcionamento, e nenhum lugar melhor para concentrar essa estrutura do que os locais de culto religioso, onde se invocavam aos deuses a bênção para as colheitas e a proteção contra os inimigos. Estava criada a cidade, fruto da evolução da técnica e da divisão social do trabalho, lugar de concentração da riqueza, das trocas, do poder político e do poder religioso.

As primeiras cidades surgiram na Ásia, na Mesopotâmia⁴. A partir de então, se desenvolveram no norte da África (Vale do Nilo) e no resto da Ásia (até a Índia e China). Posteriormente expandiram-se pela região do Mediterrâneo e Europa, sob as civilizações Gregas e Romanas. No novo mundo, as cidades se desenvolveram na América central há mais de 2000 anos, sob as civilizações Maia e Asteca.

É na cidade, que um simples aglomerado de casas ou de indivíduos, é, por excelência, o lugar das trocas, do comércio, das inter-relações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem os fluxos, materiais e imateriais, da sociedade constituída de gente, de riqueza, de poder, de saber. Quem comenta esse fato é Souza (2003) resume com precisão o processo de surgimento das primeiras cidades:

As primeiras cidades surgem como resultado de transformações sociais gerais - econômicas, tecnológicas, políticas e culturais -, quando, para além de povoados de agricultores (ou aldeias), que eram

pouco mais que acampamentos permanentes de produtores diretos que se tornaram sedentários, surgem assentamentos permanentes maiores e muito mais complexos, que vão abrigar uma ampla gama de não-produtores: governantes (monarcas, aristocratas), funcionários (como escribas), sacerdotes e guerreiros. A cidade irá, também, abrigar artesãos especializados, como carpinteiros, ferreiros, ceramistas, joalheiros, tecelões e construtores navais, os quais contribuirão com suas manufaturas para o florescimento do comércio entre os povos (p. 46).

A pesar de a cidade ser uma instituição milenar, o processo de urbanização da humanidade só veio a acontecer bem mais recentemente, a partir da revolução industrial, na passagem do século XVIII para o século XIX. Até o ano de 1850, nenhum país possuía população urbana superior à rural. A Inglaterra, berço da revolução industrial foi à primeira nação a atingir esse patamar. O desenvolvimento da cidade industrial moderna, nos moldes que a conhecemos hoje, se deu exatamente nesse período, há 200 anos, resultando num fenômeno que podemos denominar como sociedade urbano-industrial. Durante os séculos XIX e XX, urbanização e industrialização foram processos praticamente associados. Como apresentada por Cavalcante, (2001):

Um aspecto a se discutir nos estudo da cidade e do espaço urbano é o significado e a importância de ser postular uma produção do espaço urbano e não uma organização do mesmo. A idéia de produção do espaço está intimamente ligada à produção em geral, como diz Lefebvre (1991), produzir é produzir espaço. Assim, falar em produção do espaço é falar desse espaço como componente da produção social em geral, que tem uma lógica, uma dinâmica que é própria dessa produção social, de um modo de produção da sociedade, um sentido de neutralidade frente a esse modo de produção. (p.15).

Na analogia apresentada percebemos que a idéia de que o homem faz parte desse próprio espaço como um componente social ali presente. Com isso as cidades nascem da modificação do espaço visando à sobrevivência de um grupo. No período do feudalismo na idade Média a integração se deve ao comércio visto que o espaço das feiras e os mercados garantiam a vida nesses lugares, independente de fronteira.

A cidade ao longo da história permite articulações de Carlos (2008), quando esclarece que: “[...] a atividades que compõem uma sociedade e produzem um espaço. Nesse contexto quando o homem deixa de ser nômade e se fixa no solo como camponês, se inicia a formação das cidades. Ou além disso, quando dotado de técnicas

onde lhe permita uma excelente colheita, nesse momento também como o surgimento das cidades (p.58).

As primeiras cidades, possivelmente surgiram às margens do rio Jordão na atual Palestina, Jericó associada a relatos bíblicos foi uma dessas cidades que teve seu aparecimento 8.000 anos antes de Cristo. Entretanto Souza (2003) afirma que: “[...] Harappa e Mohenjo-Dano, são outras cidades que se possui relatos do seu surgimento nessa mesma época, mais autores e estudiosos apontam Jericó como sendo o berço da urbanização.(p.42)

A civilização teve suas primeiras manifestações de urbanismo. Cerca do III milênio, e com isso começaram a existir aglomerados permanentes próximos de fontes de água ou de solos retentores de umidade dos vales das montanhas, onde se cultivavam os cereais e se domesticava o gado, se mantinha certo grau de especialização de artífices e se desenvolvia um comércio de longa distância. As cidades situavam-se nas margens dos rios e ao longo das rotas comerciais, meios de circulação que permitiam a ligação entre si. As atividades socioeconômicas e religiosas, os processos culturais e a complexidade das edificações e serviços públicos, deram forma às bases do urbanismo. Aglomerados permanentes indicam a presença de recursos econômicos em quantidade suficiente para suportar uma população em crescimento. As vilas que surgiram a ligar a economia numa ordem sócio-política, eram centros administrativos, mas também tinham uma função religiosa. Existia uma rigorosa planificação na construção das cidades, que se distinguiam pela sua dimensão e a presença de uma arquitetura monumental. Na Índia, em meados do I milênio, as cidades eram os núcleos administrativos dos novos reinos e oligarquias, possuindo com frequência ligações comerciais com os circuitos locais de permuta e com o comércio a longa distância.

Na China, em meados do II milênio surgiram cidades em diferentes áreas, a cidade dividia-se em três grupos sociais: os aristocratas, os artesãos e os agricultores. Na Grécia, no I milênio, era já grande o número de pequenas cidades com mercados locais. A cidade foi surgindo progressivamente sob a influência de uma grande variedade de fatores, tanto demográficos como militares, econômicos e religiosos, que tiveram os seus efeitos, mais tarde ou mais cedo, em maior ou menor escala, consoante a região em que cada uma se situava.

No I milênio na Itália, as cidades uniam-se em ligas em torno de um centro comum. As aldeias ainda conservavam certa autonomia, mas as terras comunais já estavam a fundir-se. O território das cidades alargou-se e a unidade das cidades reforçava-se. Roma tornou-se o centro

principal da Liga Latina que incorporava algumas dezenas de comunidades, uma federação de cidades e tribos que se encontravam em níveis diversos de desenvolvimento onde as cidades funcionavam como acampamentos permanentes para o exército e como centros administrativos, comerciais e de povoamento. As novas cidades criadas pelo mundo árabe funcionavam como centros administrativos das regiões conquistadas e detinham a responsabilidade da manutenção da lei e da ordem. Europa do século XIII, nas cidades fundamentava o seu poder sobre o poderio da aristocracia local.

Na região do Norte de África encontravam-se cidades mercantis que viviam literalmente do comércio e cuja função econômica consistia em unir as diferentes regiões com os mercados mediterrâneos e orientais. A cidade, protegida por fortaleza, tornou-se o mercado onde os camponeses podiam trocar os seus produtos entre si próprios e por artigos dos artífices instalados na fortaleza. Já na região Andina, o armazenamento de alimentos constitui a base da subsistência e da reprodução do sistema urbano. Cada cidade possuía armazéns comunitários e estatais que garantiam alimento e vestuário para a comunidade e seus funcionários.

As cidades eram centros de um grande número de povoados rurais. O estatuto de cidade ocorre: com instituições políticas, administrativas e religiosas elaboradas; clara hierarquização social; arquitetura pública planeada; uma classe de artesãos altamente especializados; redes de comércio inter-regional; conquistas intelectuais complexas. (<http://www.eumed.net/libros/2008a/372/ESTRUTURA%20URBANA.htm> acesso em março de 2011.)

1.3- As produções agrícolas das Diferentes Civilizações.

No passado, sob a influência do evolucionismo e de um marxismo mal digerido, descreviam-se essas passagens como necessárias e positivas. Nos dias atuais já se discute, sob a ótica da antropologia, o homem é mais tranqüilo por ter uma plantação que lhe pertença em contraste com o "selvagem coletor" que tem que sair "procurando" raízes ou frutos. O domínio do coletor selvagem em seu ambiente lhes dava um grau de segurança bastante grande para saberem, em determinadas épocas do ano, quais os locais que ofereciam determinados alimentos. Através dos conhecimentos históricos atuais supõe-se que a primeira atividade agrícola tenha ocorrido na Mesopotâmia. Na região de Jericó, na Cisjordânia (hoje sob a tutela de Israel), num grande oásis junto ao mar Morto, há cerca de 10 mil anos, a agricultura, tal como a do Egito, inseria-se no modo de produção asiática sendo a atividade agrícola a principal fonte de subsistência

na Mesopotâmia, o poder público controlava de perto a construção de reservatórios de água, canais de irrigação e depósitos de alimentos as margens do rio Nilo. Segundo Heródoto(st),afirmado por Pinsky (1983,19-22):

Quando o Nilo transborda, inunda o Delta e as terras do chamado da Líbia e da Arábia, por uma distância de uma viagem de dois dias de ambos os bancos em lugares e, às vezes, às vezes menos.[...] Eu não poderia aprender alguma coisa sobre sua natureza, nem dos padres ou de qualquer outra pessoa.[...] Eu estava curioso para saber por que o Nilo é o alagamento para cem dias do solstício de verão, e quando esse tempo é passado, afunda de novo, e o rio é baixa durante todo o inverno até o solstício de verão novamente(SIC).

Os produtos cultivados variavam de região para região, com a natural predominância de espécies nativas, como os cereais (trigo e cevada), o milho, raízes (batata-doce e mandioca) e o arroz, principalmente. Uma vez iniciada a atividade, o homem foi aprendendo a selecionar as melhores plantas para a sementeira e a promover o enxerto de variedades, de modo a produzir grãos maiores e mais nutritivos do que os selvagens.

O fato é que, nos sistemas de caça e coleta estabelece-se um controle demográfico resultante da limitação da oferta de alimentos. Não é devido a que não existam alimentos na natureza, mas devido a que sua obtenção torna-se extremamente mais complicada para grandes grupos. Além disso, o caçador e o coletor não podem chegar ao extremo de dizimar suas reservas alimentares (animal ou vegetal) sob pena de prejudicar a reposição ou reprodução; a técnica de caça sendo levada para além de certos limites pode criar um desequilíbrio ambiental. Nós, "civilizados", sabemos disso, pois já conseguimos destruir raças e espécies inteiras de animais, graças a técnicas sofisticadas de caça. Viver em simbiose com a natureza significa, exatamente, respeitá-la.

Em outro fator que determinante do controle populacional, é o simples fato de grupos de caçadores e coletores, crianças pequenas constituem empecilhos tanto para a fácil locomoção da tribo como para a própria obtenção do alimento. Elas não podiam caçar e atrapalhavam as mães nas longas caminhadas que precisavam ser feitas para a busca de raízes, caminhadas tanto maiores quanto maior fosse o grupo e mais tempo estivesse acampado no mesmo local. Como destaca Pinsky (1983):

“[...] esta transformação ocorreu através de um longo processo que incluiu cuidadosa percepção dos fenômenos naturais, elaboração de teoria causa/efeito e doses de acidentalidade, como explica [...]” (p.23).

No contexto do processo agrícola, a economia simples de produção de alimentos provocou grande transformação nos grupos primitivos, possibilitando as primeiras estocagens. Além do desenvolvimento da agricultura, com direção centralizada dos trabalhos coletivos de irrigação, outros fatores contribuíram para transformar as aldeias em cidades. As técnicas de trabalhar metais, ouro, prata, bronze, se desenvolveram com rapidez, tornando-se profissões especializadas, como joalheiros e metalúrgicos. Com as primeiras cidades possibilitou também a organização dos transportes e a quantidades dos produtos e da matéria prima. As populações das cidades precisavam receber com regularidade alimentos vindas dos campos ou de localidades distantes. Era indispensável ir buscar em florestas e montanhas, devido a distancias.

PARTE II - DA VILA NOVA DA RAINHA À CAMPINA GRANDE.

2.1 Processos Histórico/Geográfico de Campina Grande

Por se encontrar em uma região privilegiada do Estado da Paraíba, rota entre o litoral e o sertão, entre o Brejo e o Cariri. A cidade de Campina Grande tem muito que contar, assim como dela muito se tem contado, pois são mais de 300 anos de história. Desde que o Capitão-Mor dos Sertões, Teodósio de Oliveira Ledo e alguns companheiros vindos do Sertão, trazendo com eles, índios escravizados da tribo Ariús, que aqui apearam para ficar, no sítio chamado de “A Campina Grande” formaram o primeiro núcleo de colonizadores na circunscrição geográfica onde se estabeleceria a cidade. Nos dois primeiros Séculos de sua história, Campina Grande permaneceu relativamente inerte. Segundo Câmara (1999):

A localidade não passava de um modesto aglomerado disforme de casas de taipa que acolhia os tropeiros, tangerinos de boiadas, mercador de cereais, o forasteiro pobre, traficantes e jogadores, prostitutas, vagabundos e viciados, aventureiros e mais negociantes, atraídos pelas feiras de gado e de cereais, proporcionando uma lenta mudança do povoado em vila e, só 74 anos mais tarde, viria passar a condição de cidade. (p.74)

A Família dos Oliveira Ledo buscaram terras virgens para ocupar com seus rebanhos e, depois de chegados do Rio Grande do Norte, fixaram-se no platô da Borborema onde foram responsáveis pela ocupação de várias áreas do território paraibano.

No final do Século XVII ocorre o encontro das duas frentes colonizadoras da Paraíba (litoral e sertão). Os Oliveira Ledo buscaram estabelecer um contato permanente com o litoral e, como não poderia ser diferente, necessitavam de um entreposto onde poderiam descansar os homens e animais, daí surge o povoado de Campina Grande. Podemos considerar que a importância da atual Campina Grande em

escala regional deve-se em grande parte à sua localização estratégica entre litoral e sertão.

Por intermédio de Teodósio de Oliveira Ledo o Aldeamento dos Ariús teve grande importância política impulsionando o surgimento da povoação, sendo este fato mencionado na carta de maio de 1699 do Capitão-Mor da Paraíba ao rei de Portugal. Às margens do riacho das Piabas foi instada a aldeia dos índios Ariús. Com isso, foram surgindo casebres de taipa, formando o primeiro arruamento, que mais tarde tornou-se Rua do Oriente e, atualmente, Rua Vila Nova da Rainha. Foi construída uma pequena igreja, onde em seu entorno foram surgindo um conjunto de habitações, dando origem ao largo da Igreja, mais tarde largo da Matriz, onde atualmente encontra-se a Rua Floriano Peixoto.

Com a expansão da pecuária e pela localização estratégica, surgiram várias fazendas de gado e feiras livres, que mais tarde seriam os percussores de seu desenvolvimento. Situada entre pastoris e regiões agrícolas, tornou-se passagem obrigatória de comerciantes de gado e cereais que transitavam do sertão para o litoral e vice-versa. Assim por volta de 1820, com o comércio local prosperando, ainda com mercadorias sendo vendidas tradicionalmente no chão dos calçamentos ao meio de animais e muita correria, ainda Câmara, (1943) esclarece:

Se era pequeno o movimento de transeuntes, era grande o de animais. Aqui e ali, tropas encargalhada, bestas com cargas de farinha, rapadura ou frutas, jumentos carregando água ou material de construção, bois puxando lentamente carros de algodão em rama, muares com cargas de lenha, burra de sela bem carregadas, rua a cima rua abaixo, cobrindo tudo de pó, derrubada de gado na Rua do Seridó, cabras que davam leite às crianças, ovelhas dormindo no oitão da matriz, porco fustando as sarjetas esse dando ao esporte de enlamear as calçadas e os batentes, perus e galinhas ciscando o local da feira à catar grãos de milho.(p.74)

Com o crescimento contingente populacional e econômico na década de 1790 a povoação ascende à categoria de Vila, onde então se denominava Vila Nova da Rainha, através de edital publicado em 6 de abril daquele ano, em conformidade à Carta Régia de 22 de julho de 1766, onde com isso a localidade passa a contar com Câmara Municipal, Julgado de Paz, Cartório e Pelourinho.

O desenvolvimento para a Vila Nova da Rainha gerou assim um movimento de convergência de interesses econômicos pelo lugar, com isso ocorreu em 5 de maio de 1803, com a instalação da Vila Real de São João do Cariri de Fora, sendo emancipada pela primeira vez e junto com elas outras emancipações ocorrerão ao longo do Século XIX e XX. Apenas no ano de 1852 a população da Vila já contava com um contingente de 17900 habitantes, considerado cidadãos livres e trabalhadores escravos. Assim, a localidade necessitava de alguns estabelecimentos de serviços públicos para atender as necessidades da população em crescimento. E meados dos anos sessenta já com contingente de 17900 habitantes, considerado cidadãos livres e trabalhadores escravos de acordo com a Lei Provincial nº127 de 11 de outubro de 1864, a Vila Nova da Rainha é elevada à categoria de cidade, denominando-se assim Campinha Grande.

Campina Grande passa por um rápido processo de desenvolvimento e crescimento, aumentando significativamente o volume de atividades comerciais como também sua população. Ainda assim, a cidade permanecia com a mesma estrutura urbana, acrescentando-se apenas prédios edificadas. Em 1865 foi criada a Comarca de Campina Grande pela Lei Provincial nº183 de 8 de agosto do mesmo ano e em 1867 foi instalada a Agência Fiscal das Rendas Provinciais na cidade. A partir desse fatos históricos decorrido de forma relativamente linear nos permitiu identificar e analisar o rápido crescimento de Campina Grande. No entanto, é no Século XX que ocorreram as mudanças significativas que definiram padrões sócio-econômicos atuais como também um dos apogeu turísticos do Estado da Paraíba.

2.2-Evolução do Espaço Urbano de Campina Grande

Conforme a cidade se evoluiu diante de um entorno das primeiras quatro ruas, quando ainda era vila, isso na segunda metade do século XVIII. Situada no entorno da igreja de Nossa Senhora da Conceição, o mercado que mais adiante seria o pólo econômico e financeiro da cidade e também do Estado. Nesse contexto o comércio trouxe a ligação do interior com a capital e outros centros urbanos mais adiantados, e com isso surge vários ramos de negócios, principalmente o gado de corte e serviços que mais tarde se elevando a categoria de cidade.

Para um melhor favorecimento desses comércios e serviços, já em meados do final de 1935. O então prefeito Vergniaud Wanderley (s.d), era filho de tradicionais famílias de proprietários de terra do sertão paraibano e campinense, como primeiro projeto tinha, “A modernização do espaço urbanístico central da cidade de Campina Grande”. Em uma visita a Recife comentou ao um jornalista do Diário de Pernambuco o seu programa de administração.

O casario de Campina Grande, com exceção de alguns edifícios residenciais tipo *bungalow*, é acanhado e sem o menor gosto arquitetônico. É uma das minhas cogitações estimular a construção de prédios modernos que substituam os casebres inestéticos pelo menos na principal artéria da cidade a rua Maciel Pinheiro. Vergniaud Wanderley (s.d).

A organização urbana e social da cidade que vivia em torno de largos aos redores de igrejas e da Praça Epitácio Pessoa, era algo que associava o morador da cidade ao seu passado colonial que lembravam claramente o domínio das velhas elites políticas e os hábitos e costumes populares remanescentes do século anterior.

Nos lugares de becos, vielas e cortiços foram desapropriados, dando lugar a um alia-mento do meio fio e calçamento. Ao lado da matriz constituiu-se outro núcleo de moradores, que se expandiu em direção a noroeste e, paulatinamente, deu as costas para parte dos seus habitantes primitivos. Para esta expansão em direção a noroeste contribuiu para o surgimento dos primeiros bairros da zona leste de hoje, como o José Pinheiro. Ao final da sua obra, onde antes eram vistos dois largos estruturados em torno de duas igrejas, marcados pela sociabilidade tradicionais, tinha-se agora uma longa e larga avenida, com duas praças e um cinema, alguns cafês e confeitarias, uma praça de automóveis e diversos edifícios municipais e estaduais que, com o passar do tempo, cortaram toda a cidade, tanto no sentido oeste, como no leste, obra que foi realizada com audácia como a construção do Grande Hotel em cimento e concreto armado, com quatro andares, século XX, em qualquer capital ou grande cidade brasileira, a construção de um grande hotel era considerada um atestado de progresso para o lugar, o que dava ao empreendimento um forte sentido simbólico. E diante de varias disputas políticas locais sobre o que foi feito e o que foi demolido tomaram os meios de comunicação da época contra Vergniaud Wanderley. (1820 a 1845)

A modernidade toma conta da cidade e a obra de arte determina o espaço urbano. Santos (1985) afirma que:

Por força de variáveis localizadas, determinado espaço se concretiza e adquire a especificidade de lugar, ou seja, um espaço se transforma em lugar sob o impacto funcional do meio ecológico (complexos territoriais), das firmas (que produzem bens, serviços e idéias), das infra-estruturas (que constituem a expressão material e local do trabalho capaz de modificar um espaço em lugar. (p.6)

As relações entre a cidade e o campo ligam o desenvolvimento do fenômeno urbano ao excedente agrícola. É evidente a impossibilidade da existência de cidades sem agricultura, assim como uma zona rural com tecnologias sem que exista a cidade. Com relação às classes sociais existentes nas cidades e também a classe camponesa que ocupava o campo, estas se mantinham com uma concentração de população tributária composta de artesãos especializados e os camponeses que asseguravam a produção agrícola e o trabalho braçal como mão-de-obra para obras públicas, escavação de canais e construção de templos. A diferença entre a população urbana e rural não implica apenas uma diferença de domicílio e de atividade, mas também diferenças no estatuto profissional, no tipo de habitação, no ritmo de trabalho, entre outras. O meio urbano ou a cidade aparece como um centro de atividade, por via do comércio, independentes e como centro de mercados internos e de trocas externas, a concentração na cidade dos ofícios e do comércio acentua a separação entre a cidade e o campo.

O desenvolvimento da cidade, e de seus habitantes começou a distinguir-se do campo e a ter a sua organização própria. Criaram-se sistemas administrativos, jurídicos e fiscais correspondentes à natureza das suas atividades. Tomam em suas mãos a função policial e a defesa dos ataques do exterior, adquirem um estatuto privilegiado em relação ao dos habitantes da zona rural.

A hegemonia urbana tende a exercer uma espécie de autoridade absoluta sobre as populações rurais, forçando-as a servir aos seus interesses de boa vontade ou pela coação, se for capaz de impô-la. Os camponeses resignam-se, por vezes, a obedecer-lhe por temerem a destruição da sua civilização e terem dificuldade em trocar os seus locais por outros. As cidades dependiam do campo para a sua subsistência, mas também os camponeses necessitavam dos mercados citadinos para vender os seus produtos. Por consequência, a agricultura adaptou-se às necessidades da população urbana.

Pouco a pouco, a procura estendia-se às matérias-primas necessárias à produção industrial, como a lã e o linho. Campos de cultura do trigo foram transformados em pastagens, tornou-se numa regra a especialização agrícola regional.

No século XVI, na Europa a população rural representava uma grande maioria.

Mas as cidades, mais do que as zonas rurais, começaram a ser as principais beneficiadas com o aumento populacional. Intitulado de fenômeno mais urbano que rural estimulado pelo desenvolvimento industrial e comercial. O espaço econômico da época deu lugar a migrações que se traduziram quer numa tendência urbana quer numa tendência para a ruralidade próxima do meio urbano. A população começou a abandonar o interior e a fixar-se na faixa costeira. Estas alterações correspondem mais a um novo equilíbrio econômico inter-regional.

PARTE III- CAMPINA GRANDE, PRODUÇÃO E GRANDEZA

3.1 – As Principais Atividades Agropecuárias do Município de Campina Grande.

Agricultura

No início da colonização, a produção agrícola organizou-se sob a hegemonia do capital mercantil, inscrevendo-se no processo de acumulação mundial. Desse modo, ela passou a depender dos mecanismos de mercado, em particular, da demanda e das oscilações do mercado externo ao qual se manteve estreitamente articulada. Além da dependência do mercado externo, atenuada a partir do crescimento da demanda urbana por alimentos e da demanda industrial por matérias-primas, são características importantes da organização agrária nacional até a primeira metade do século XX, a concentração da propriedade da terra, a predominância de relações de trabalho não assalariadas e a utilização de técnicas rudimentares. Com isso Delgado (1985) relata que: [...] No Brasil, o processo de modernização tem início na década de 50 com a implantação de um padrão tecnológico baseado na importação de meios de produção industriais. Esse primeiro momento caracterizou-se, grosso modo, pela elevação dos índices de tratorização e consumo de NPK, estimulado e facilitado pelo governo e empresas norte-americanas (p.33).

A intensificação do processo de urbanização, a partir do final dos anos 60, e o aumento do emprego não agrícola dela resultante são responsáveis pela ampliação e pelo fortalecimento do mercado interno de produtos agrícolas, ao qual se somou uma maior integração e diversificação das exportações do setor. Como afirma Delgado (1885) “[...] conseqüência, tem-se o crescimento acelerado da demanda de produtos

agrícolas, tanto pelo mercado interno (setor urbano), como pelo externo, o que redundará na intensificação do processo de mercantilização geral das relações econômicas do setor rural (p,20).

Na década de 1940, a produção do sisal, fibra proveniente do Agave Rígida, espalhou-se pelo Agreste e Cariri paraibano e de outros estados e, igualmente ao algodão, era comercializado na cidade, tornando-se mais uma fonte de renda no comércio de Campina. O sisal alcançou altos preços nas décadas de 1940 e 1950, quando teve seu período áureo, mas em virtude da concorrência com o fio sintético e com o sisal produzido na África, logo entrou em declínio na década seguinte.

As atividades econômicas percussora da economia de Campina Grande tiveram início através da comercialização da farinha de mandioca. “ENGENHO DE FARINHA DE PAU”, esses produtores locais abasteciam o mercado farinheiro das localidades mais próximas. (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, MOBRAL, 1985. p.120)

Em uma analogia geomorfológica o solo do Nordeste sempre apresentou acidentado e mais ainda no compartimento da Borborema onde se encontra a cidade de Campina Grande, entretanto o solo também se apresenta arenoso e escassez de água. No agreste paraibano várias culturas destacaram-se como o sisal, o milho, a mandioca, o feijão e a produção do algodão. O cultivo do sisal em pouco tempo mais teve sua importância no cenário econômico no município. As condições favoráveis como o sistema metabólico dessa planta que pode suportar vários períodos de seca e a adaptação ao solo arenoso e sua colheita podendo ser feita em qualquer época do ano, facilitaram a produção do sisal e até mesmo sua exportação na época. Figueiredo (2007) afirma que: [...] O Estado da Paraíba esteve no período de 1965 a 1969 como destaques nessa produção estando à frente do Estado da Bahia. O sisal campinense destinava-se a produção de vassouras, espanadores, cordas, etc. Além disso servia ao setor automobilístico por muito tempo na confecção de bancadas de automóveis. Teve sua decadência mediante as modernizações dos derivados de petróleo (p.21).

A mandioca teve sua cultura destinada aos solos soltos, profundos e ricos em húmus. Na economia campinense destinavam-se na utilização da mandioca mansa e a mandioca brava. Basicamente consumida pela população rural é utilizada também na fabricação de farinha de mesa. Na mesma analogia Figueiredo (2007) explana que: [...] O feijão e o milho eram cultivados nos distritos de São José da Mata onde era plantado

o feijão do tipo mulatinho e em Galante. Essa produção não só se concentrava em campina grande mais em todo o Estado da Paraíba, apresentando um cultivo misto, o milho e o feijão onde os dados apontaram de 1966 a 1969,7. 3.5 hectares equivalentes a 44,6% da área cultivada em todo o Estado da Paraíba. (p.22)

Já os Cultivos do algodão além de representar a maior economia teve também a importância em diversos setores da sociedade campinense. A espécie do algodão cultivada era do tipo arbóreo (fibras longas). Mais tarde a comercialização do gado em pequenos currais e posteriormente o comércio do algodão alavancou não só a economia de Campina grande mais de todo o compartimento da Borborema. Essa época é citada por Moraes (1985), Quando na história de Campina Grande, ele destaca esse período do chamado “ouro branco”.

A Praça do (Marquês do Herval) era por si só, uma história viva da cidade do “ouro branco”. Era o centro da cultura algodoeira, com grandes e pequenos armazéns; fardos do produto eram expostos ao ar livre à espera de compradores/exportadores; mercadorias de alto valor que ajudou Campina Grande a ingressar no âmbito de destacadas cidades nordestinas. (p.57)

A estrada de ferro em 1907 fez com que essa produção de algodão que antes era transportado para o porto de Recife pelos tropeiros com a ajuda de mulas, fosse modernizada e nesse momento era transportado mais rápido. Câmara também contribuiu para esse fato quando comenta que: “[...] O algodão que trouxe a evolução da indústria e do comércio e no setor urbanístico - o maquinário para a indústria e as últimas novidades da moda. Basta notar que nesse ano a cidade contava com 731 casas, passando para 1.841 prédios em 1918,05 bairros (Centro, açude Velho, Areia, José Pinheiro e Piabas), 07 praças, 38 ruas e 08 travessas, já tendo 11.000 habitantes (p.97).

Ocorre, assim, uma significativa mudança quanto à produção agrícola, que passa a ter uma referência planetária, recebendo influência das mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica, comentado por Santos (2006, p.88)

Pode-se afirmar que a base do crescimento e do desenvolvimento de Campina Grande foi o algodão, que também a tornou conhecida a nível mundial, como a “Liverpool” brasileira, o segundo pólo de comércio de algodão do planeta, nos anos 20 e 30 e, caso a Paraíba tivesse, na época, um porto pelo menos do tamanho do de Recife, a história poderia ser diferente; Campina Grande não teria sido a segunda e, sim, a

primeira, no comércio do algodão do mundo e, sem dúvida, também a maior cidade do interior do Nordeste, na atualidade. Comentadas por Beltrão, Carvalho (2004).

Produtos	Áreas Cultivadas (Ha)	Quantidade Produzida(T)	Rendimento Médio (Kg/Há)	Valor (Cr\$ 1.000,00)
Algodão Herbáceo (em caroço)	1.200	222	185	9.900
Batata Doce	60	300	5.000	1.500
Fava (em grão)	200	15	75	300
Feijão(em grão)	2.932	410	157	32.260
Mandioca	1.500	11.358	7.572	22.716
Milho (em grão)	2.960	391	132	4.692
Tomate	10	362	36.200	5.430
Abacate	02	60	30.000	120
Algodão Arbóreo (em caroço)	101	20	198	1.000
Banana	10	12	1.200	1.056
Coco da Bahia	30	120	4.000	1.080
Limão	2	20	60.000	102
Manga	4	200	50.000	400
Sisal ou Agave (fibra seca)	1.003	790	787	18.000
TOTAL	10.014	14.280	195.506	98.556

FONTE: História de Campina Grande, 1985, p.122.

Tabela 1-PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1980

De acordo com Figueiredo (2007), o que levou a uma produtividade do algodão considerável nos anos de 1957/1959 e seu declínio se deu por meados dos anos de 1968, por fatores que dispuseram uma caída na produtividade de 0,389 t/ha, enquanto o centro sul apresentava no mesmo período uma média de 1,58 ha (p.21).

A cotonicultura iniciou-se no início do século XIX, impulsionado pela a necessidade de algodão pelas indústrias inglesas, com o afastamento dos Estados Unidos da América da produção de algodão. Esse fato é comentado por Moreira & Targino (1997). “[...] A produção de algodão dava-se com outras culturas de subsistência. A mão-de-obra utilizada inicialmente era a escrava, que logo fora substituída pelos trabalhadores livres e depois pelos assalariados (p. 86).”

No ano de 1975, a cidade de Campina Grande foi escolhida diante de sua importância no ramo do algodão, para a instalação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para sediar uma das muitas unidades existente no país. A EMBRAPA Campina Grande ficou destinada a pesquisa do algodão abrangendo sua área dos Estados do Sul, Sudeste além do Nordeste. (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, MOBREAL, 1985, p.131.)

Na atualidade a EMBRAPA algodão como é conhecida mundialmente, é líder em pesquisa com algodão destacando a pesquisa do algodão colorido revolucionando a indústria têxtil que agora passaram a trabalhar com fibras 100% naturais de cores variadas. As pesquisas visando o melhoramento genético do algodoeiro têm sido conduzidas, segundo Beltrão, em 2003, de modo contínuo, modificando-se as prioridades, sempre que necessário, para atendimento às demandas dos produtores e dos industriais têxteis, porém com a visão de preservação do germoplasma nativo ou exótico trabalhado e das melhores linhagens desenvolvidas e comentada por Beltrão & Carvalho. (2004).

Pecuária

A pecuária em todo Brasil deve sua implantação no período colonial, e na Paraíba em especial após a domesticação dos índios. Tudo começou com a criação de gado extensivo e atendia apenas o mercado interno. No nordeste Amorim (1999), destaca o Nordeste sendo “Civilização do Couro”. E além disso define a pecuária em três etapas distintas:

A primeira sendo a fase colonial, onde o gado servia apenas para força de tração e alimentação nos engenhos. A segunda onde a necessidade de mais terras para lavouras canavieiras, e com isso o gado foi remanejado para localidades distantes das plantações agrícolas, sendo ela então o Sertão. Na terceira fase o dono de engenho não é mais o mesmo dono do gado. Nesse momento o gado representava uma grande fonte econômica com o aumento dos rebanhos do Sertão. (p.50,51).

Como a pecuária era extensiva, os proprietários dos rebanhos não empregavam tecnologia no manejo com o gado e a figura do vaqueiro representa uma mão de obra, e neste contexto a predominância da pecuária bovina faz com que Maia (2000), em uma analogia histórica caracteriza a figura do vaqueiro;

“[...] Assim todo sertanejo é vaqueiro. A parte a agricultura rudimentar das plantações da vazante pela beira dos rios, para a aquisição de cereais de primeira necessidade, a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos imprópria ao homem e a terra (p.235)”.

Tradições e atividades de lazer foram criadas ao longo das caminhadas com o gado são também relatadas por Amorim (1999), destacando algumas culturas e tradições surgidas com os vaqueiros sertanejos:

A vida do sertanejo paraibano não era de fartura; contava na maioria das vezes com leite extraído e carne bovina. Contudo, a vida era livre e proporcionava uma espécie de lazer no meio rural. Surgiram daí, inúmeros cantadores de viola que lançavam desafios sobre os temas vividos por eles, tocadores de pandeiros, dançarinos de cocos, corredores de vaquejadas, disputadores de argolinhas, foram entre tantas coisas, os maiores divulgadores da pecuária paraibana. (p.53)

Diante de uma vasta produção bovina na Paraíba, as feiras de gado tiveram um papel importante na evolução de vilas freguesias e cidades como, por exemplo, Campina Grande. A preferência pela pecuária foi necessário um plantio de cereais para atender as necessidades da população das fazendas, surgindo assim o plantio de mandioca que mais tarde ofereceria vantagem econômica para indústria de farinha campinense.

No interior do município de Campina Grande, a área destinada a pecuária corresponde, ao espaço da propriedade que não era destinada a produção agrícola, onde sendo produções temporárias o agricultor aproveitava os restos das culturas dos roçados de feijão, milho e o algodão era usados como pastos para engorda do gado. O distrito de Boa Vista era área destinada à pecuária do município, devido ao clima favorável se praticava a pecuária bovina (leiteira), capina e ovina. (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, MOBRAL 1985, p.124.)

Nos anos de 1980, de acordo com dados do INCRA, houve crescimento do rebanho que em anos de 1979 era de 28.280 para 28.387 cabeças no ano posterior. Campina Grande já contava ao seu entorno com 2.278 propriedades rurais, com a seguinte extratificação:

DISCRIMINAÇÃO	NUMERO
Até 20 ha.	1.753
De 20 a 50 ha.	249
De 100 a 200 ha.	190
De 200 a 500 ha.	51
De 500 a 1000 ha.	23
Acima de 1000 há.	12
TOTAL	2.278

Tabela 2- NUMEROS DE PROPRIEDADES RURAIS-1983

Em um mesmo momento o rebanho ovino apresentou um grande aumento nos anos de 1979/1980 passando de 19.622 para 29.200 cabeças. Com isso houve uma redução dos rebanhos bovinos motivados pela estiagem e os altos custos dos concentrados. Junto com o declínio do rebanho bovino houve um acréscimo do rebanho caprino no mesmo ano.

DISCRIMINAÇÃO	EFETIVO E PROD.	VALOR (Cr\$ 1.000.00)
Bovino	28.387	460.437
Asininos	2.265	6.795
Muares	640	5.120
Eqüinos	1.470	8.820
Suínos	2.921	3.844
Caprinos	33.257	33.257
Ovinos	29.200	29.200
Galinhas	147.847	29.569
TOTAL	—	121.209

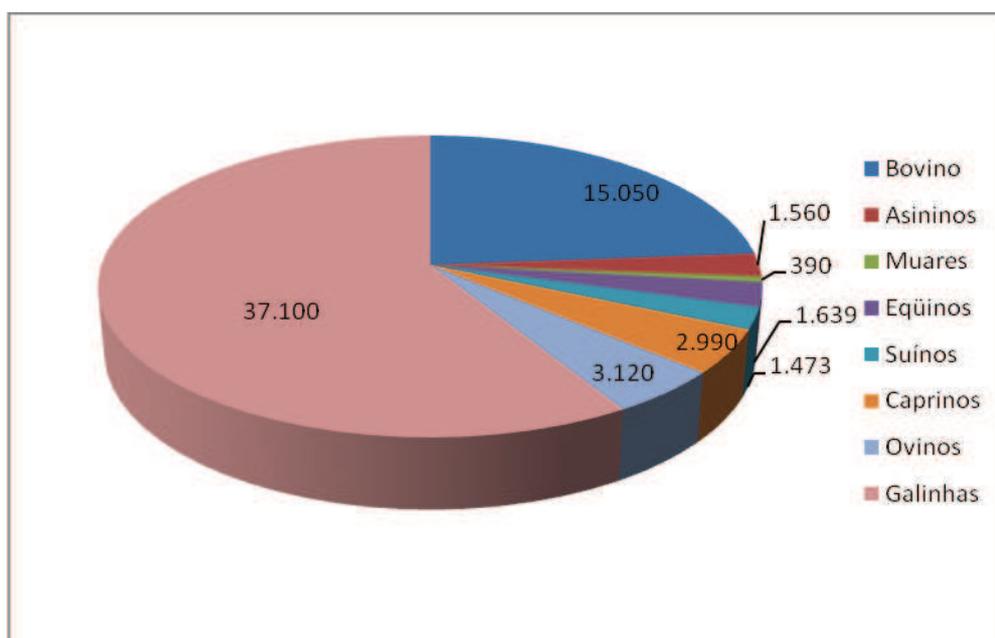
FONTE: História de Campina Grande, 1985, p.124.

FONTE: História de Campina Grande, 1985, p.125.

Tabela3-PRODUÇÃO PECUÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE 1980

Vale ainda salientar que a criação de muares teve também uma importância para o desenvolvimento da cidade de Campina Grande, representada pelos trabalhos da figura dos Tropeiros da Borborema. A importância dos tropeiros para a história social e econômica da antiga Vila Nova da rainha foi tão impressionante que não há como dissociar a dinâmica cidade com a presença dos antigos agentes econômicos que vinham do brejo, do agreste, do curimataú, do sertão, etc., bem como de Estados vizinhos, como o Rio Grande do Norte e o Ceará, carregados com seus fardos de pele e de algodão, em direção a Goiana e Olinda, no Estado de Pernambuco, importantes empórios comerciais no século XIX. (Jornal O Girassol, José Romero Araújo Cardoso, 04/06/2010).

É de também importância, destacar a modernização da pecuária do Estado na década de 70. Nesse período houve a expansão do interior do semi-árido e do Agreste. Segundo Moreira & Targino (1997): [...] Expandiu-se para o Brejo e alcançou o Litoral e nesse intervalo contribuiu para ocupação de espaços destinados antes a produção alimentar e de matéria prima substituindo trechos de mata úmida para subsumidas além da degradação da caatinga, gerando conflitos de terras e o êxodo rural (p.145). Além disso nos anos 80, as reduções dos incentivos fiscais e de créditos além dos longos períodos de estiagens, contribuíram para o enfraquecimento da modernização e expansão da atividade pecuária em toda Paraíba.



Fonte: IBGE, Censo agropecuário 2009.

Gráfico 1: Produção Pecuária de Campina Grande-2009

3.2 – As áreas de Comercialização da Produção agropecuária em Campina Grande: EMPASA; Feira Central; Feiras de Bairros e Parque de Exposições.

Para a existência das cidades muitas vezes se confundem com um mercado ou uma feira mesmo ela sendo de gado como a exemplo de Campina Grande, que contribuir para o povoamento local e o crescimento de vários outros seguimentos, como agricultura pecuária, etc. Nesses fatos abordados, Maia (2000). Cita Le Goff e os valores de uma feira para uma cidade na idade Mediam;

A Feira ou mercado localiza-se, muitas vezes, na praça. Le Goff, ao estudar a cidade da Idade Média e racioná-la com a cidade contemporânea, afirma que a praça podia abrigar o mercado ou feira, que, por sua vez, “ofereciam as mesmas ocasiões de troca e de oportunidades de modernização”, que hoje se encontram nas grandes feiras e congressos (p.235).

Para Maia (2000), “[...] O nordeste brasileiro a feira exercia um papel importante na vida de seus habitantes, no Brasil as feiras aconteciam como manifestações da atividade comercial, em que pequenos agricultores vendiam seus produtos por eles cultivados ou pequenos comerciantes que revendiam algumas mercadorias de necessidade imediata (p, 291). Elas surgem após a colonização enquanto instituição copiada daquela que os colonizadores já conheciam e praticavam secularmente no Reino. Campina Grande como Caruaru tiveram sua ampliação segundo Joffly, (1977) devido ao “comercio de transito”, em especial “em certos dias da semana, de quinta-feira até sábado, quando ocorriam as suas grandes feiras de gado e de gêneros alimentícios (p.268)

Ainda nos anos 80, Campina Grande enfrenta um grande problema com a comercialização de produtos em especial aos do gênero alimentar tudo advindo de uma deficiência de comercializações. A cidade contava com 08 (oito) feiras livres, sendo uma localizada no centro, 04 (quatro) nos bairros e 03 (três) nos distritos. Mais se valia também do surgimento de novas feiras livres localizadas nos bairros do Presidente Médici e Bodocongó, além de alguns armazéns de atacado localizados em vários pontos da cidade de Campina Grande. Dentre os destaques para a feira do mercado central, onde se apresentavam mais adequada para a comercialização tanto da zona rural quanto

das zonas periféricas da cidade, e se localizava na Rua do Seridó (a atual, Rua Maciel Pinheiro). . (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, MOBREAL, 1985, p.132.)

A feira de Campina ficou conhecida no Brasil todo pro sua variedade de produtos e também pelo seu Folclore sendo atração para os turistas. Observava que no sábado era o dia que se encontrava visitantes e estudiosos, e funcionava com cerca de 2.000 barracas, onde ali eram vendidos nas calçadas e até mesmo no chão das rua, como cita Sette, (1952).

Encontravam na seção de verdura e das miçangas: emalguidares, maxixes, quiabo, coentro, alface, couve, chuchus, pimentas e, de mistura, ovos, rendas, bonequinhos de barros, catolés, juás, castanhas assadas, registros de santos, cachimbos, cachorrinhos novos, gaiolas com canários da terra, cagacegitos, azulões, galos de campina... (p.98).

O mercado central se confunde com a Historia da cidade. Foi à feira, segundo historiadores e estudiosos, que reunia tropeiros de toda região do nordeste propulsionando assim um intercambio cultural realizado pelas andanças e pelo comércio ali estalado. A feira livre também tem um papel importante na captação e distribuição de produtos de vários gêneros, também é primordial a feira oferecer as camadas da população de baixa renda, preços mais acessíveis. (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, Mobral 1985, p.132-133.).

Feira de Gado e Parque de Exposições

De acordo com muitos historiadores e estudiosos, o gado no interior do Nordeste teve sobre tudo uma importância na ocupação e habitação territorial da população nordestina. Essa essência diagnóstica pode ser relatada nas palavras de Câmara (1970): As fazendas coincidem “como denominadoras das regiões povoadas”. Sabemos que as primeiras estradas dos Sertões do Nordeste foram as denominadas “Caminhos pelo interior do Nordeste, destacada duas estradas que “resistiram séculos”(p.84). Estradas essas que citadas por Câmara, que ligavam o interior com outras cidades, caminhos esses que serviam de passagem do gado e que através dessas viagens e travessias propulsionavam o surgimento de vilas e povoados. Desse modo inúmeras cidades do interior tiveram sua origem com as primeiras feiras, como Campina Grande.

Além das feiras gerais, a sua feira de gado que podia ser de pequeno porte ou estar interligada à feira geral, mas que igualmente ocorria uma vez por semana, no

mesmo dia da feira. Os bois vendidos, nas feiras e mercados das cidades, eram aqueles selecionados, proporcionados pelos fazendeiros da região. Joffily, (1883) que escreveu uma crônica a respeito do município de Campina Grande destacando o mercado de gado como um dos fatores responsáveis pela visível proeminência da cidade no contexto tratando essa travessia:

[...] é o primeiro mercado de gado, procurado por todos os negociantes e fazendeiros que partem desde as margens do Paraíba, na Província do Piauí. Aqui estacionam eles parte do ano, recebendo boiadas e vendendo-as aos negociantes conterrâneos. O negócio de gado, portanto liga esta cidade a todos os centros mais produtores da indústria pastoril nas províncias criadoras do norte do Império.”(p.389).

Percebemos, portanto, que as feiras de gado de maior destaque se encontravam na região semi-árida, caracterizada pela produção pecuária, ou nas “regiões de transição” entre o litoral e o sertão, como é o caso de Feira de Santana, na Bahia e Campina Grande, na Paraíba. Maia (2006), se faz presente e comenta que: Todavia, faziam-se presentes onde tivesse comércio de gado e eram eles os principais responsáveis pelo abastecimento de carne a abatedouros das cidades litorâneas que, por sua vez, correspondiam aos maiores centros consumidores da região(p.10).

Esses comércios de gado como expõem anteriormente, era mais freqüentemente realizado nas próprias unidades criatórias, nos dias de hoje é realizado no Parque de Exposição Carlos Pessoa Filho, em Campina Grande no bairro do Ligeiro, as margens da BR 104. Os animais chegam a caminhões, camionetas ou mesmo puxados por seus donos, dependendo da quantidade e da distância transposta ou através de fretes de caminhões que cobram quarenta (40) reais por animal. Alguns desses caminhões-gaiola ou boiadeiros geralmente pertencem aos negociantes de grande quantidade gado. É bem freqüentada pelos denominados “marchantes”, homens que vivem da compra e da venda de gado e que durante a semana fazem sua compra para o abate e a distribuição de carnes na cidade. A feira de Campina Grande que acontece às quartas-feiras e atraem vendedores de animais de varias localidades do Estado, os habitantes da cidade encontram-se com os produtores e com os negociantes de cidades próximas. Entrevistarmos esses proprietários de gados, e alguns relatos foram mencionaram sobre a feira como também sobre o pro eles lugar freqüentado pra comprar ou vender algum animal:

Já possuo mais de 25 anos vendendo esses bichos, Trago eles da cidade Remigio, todas quartas feiras quando posso; Uma novilha dessas (porte Mediana) vale uns 700 reais hoje. A maioria que compram esses animais são marchantes e fazendeiros que compram novilhas para engordar para vender ou pra matar. Alem da Feira de Campina eu vendo também em Arara, Esperança e Teixeira. O que mais dificulta a feira são os impostos cobrados, lá na entrada e o frete que ta os oi da cara. Só não saio desse ramo porque não tenho não tenho estudo e é daqui que eu como; (Proprietário de vacaria e comerciante de gado da feira).

Outros criadores e também comerciante de gado vindo do Alto sertão da Paraíba, procuram a feira de gado de Campina Grande por longas datas trazendo gado e até mesmo búfalos, onde diversificar ainda mais os animais vendidos ali;

Desde sete que trabalho com o gado, mais só passei a vender e compra há uns 25 anos pra cá; Aqui nessa feira vendo uma faixa de 50 a 60 cabeças de gado nos dias bons saindo numa faixa de 700 reais em media. Alem disso vendo Búfalos que trago do Maranhão, vendo pelo Estado todo. Gosto muito do que faço, foi daqui que dei educação aos meus quatro filhos, hoje três engenheiro e um médico. Minha vida é essa porque desde pequeno fui criado nessa peleja. A feira de gado já foi melhor de negocio, hoje caiu muito, alem disso existe muito imposto pra vender animal aqui. E isso sem falar das condições que se encontra o pátio de venda. (Proprietário de vacaria e comerciante de gado e Búfalo da feira).

O gado vendido na feira vem de varias regiões do Estado não apenas de campina Grande, fazendeiros compram para a engorda e os marchantes compram para o abade onde fornecem a carne para o mercado central e açougues da cidade. (Figura: 01,02) Mais a insatisfação é generalizada com elação aos pagamentos de tarifas para entrada de animais e a burocracias exigidas para venda desses animais na feira.



FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

Figura 1: Comércio na feira de gado no bairro do Ligeiro Campina Grande-PB.



FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

Figura 2: Animais a espera de compradores na feira de gado de Campina Grande-PB.

Na feira de gado, existem também algumas barracas vendendo chapéus, esporas, estribos, selas e outros instrumentos utilizados por vaqueiros e criadores. (Foto: 03) Encontramos um senhor proprietário de uma dessas barracas que vende o que ele mesmo produz. Alguns desse artesão demonstram que a fabricação do produto não

poderia ter ocorrido sem o conhecimento dos costumes e, portanto, dos instrumentos utilizados pelos antigos vaqueiros. Em algumas entrevistas se deparamos com vários comerciantes da feira, onde a qual concebera nos varias informações sobre a mercadoria e gosto pela atividade desempenhado por eles, como artigos para vaqueiro:

Vendo esses meus negocinhos a mais de vinte (20) anos, sou aposentado e venho de Juarez Távora vender aqui (...). Eu mesmo fabrico uns e outros eu repasso ganhando uns tustanzinhos. Vendo aqui macaca, estribos, sela, corda, butinhas e outras coisas ai. Hoje em dia está cada vez mais caíndo esse comercio, porque as motos tomaram conta de tudo, é difícil ver alguém da roça hoje andando de cavalo ou jumento como antigamente. Graças a Deus que ainda planto um roçadinho lá em casa. Gosto muito de mexer com gado e a agricultura já me acostumei com esse mundo, a feira de gado alem disso é uma escola onde a gente todo dia aprende alguma coisa diferente. Se eu deixar de vir pra cá, eu morro. (Comerciante da feira de gado).

Neste presente ato de compra e venda, igualmente como acontece na venda dos animais, a existência de relações entre as pessoas que ali freqüentam que não são meramente mercantis. Além disso, há nesse intercâmbio o espaço da feira de gado como um espaço não só de negócios ou de comércio, mas também um espaço de lazer. Lazer não entendido simplesmente como reposição das forças despedidas durante a jornada de trabalho, mas sim enquanto forma de entretenimento e encontro, de estabelecer, revigorar e exercitar aquelas regras de reconhecimento e lealdade que garantem a rede básica de sociabilidade. Magnani, (1996) diz:

O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (p.138).

Alguns desse comerciante relatam sua existência diante do mercado da feira de gado, onde muitos deles fabricam e outros trazem de outras localidades. O fato é que diante de relatos feito percebe-se uma insatisfação generalizada pelas condições e instalações da feira alem do descaso das autoridades local em âmbito da feira.

Vale salientar que algumas pessoas que freqüentam, vão para apenas lembrar ou para falar do que mais gostam: a atividade pecuária e agrícola. Mesmo que já não possam mais criar, eles escutam e narram as suas antigas historias de vaqueiros. Enfim é

na feira de gado, encontramos permanências de costumes rurais que se mantêm presentes na vida cotidiana desta cidade.



FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

Figura 3: Comércio ambulante de artigos para criações na feira de Gado em Campina Grande-PB.

Matadouro de Campina Grande

A carne vendida na feira central de Campina Grande era efetuada pelo Matadouro Municipal que teve suas obras iniciadas em 1940, localizado no Bairro de Bodocongó, próximo ao Açude de mesmo nome. Até essa data todas as matanças eram feitas aos redores do município e levados para o mercado. No que se refere à quantidade de carne oferecida pelo Matadouro Municipal teve um decréscimo nos anos de 1982/83, passando de 4.307 para 3.836 toneladas. (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, Mobral 1985, p.132/133.).

A respeito do couro Aragão (2003) em pesquisa para o SEBRAE diz que: No período compreendido entre o pós-guerra até o final dos anos 50, houve um expressivo desenvolvimento do setor coureiro no Estado da Paraíba com aumento das exportações, com Campina Grande constituindo-se no principal pólo coureiro do Estado e um dos mais importantes do Nordeste. A modernidade no setor, a redução dos rebanhos, a elevação dos preços do couro e o fechamento dos principais matadouros, levaram a redução da indústria de Curtumes em Campina Grande (p.38-39.).

A Redução da carne no matadouro e a entrada de distribuidores frigoríficos na cidade nos anos 90 levaram em decadência esse órgão municipal e outros serviços a ele ligados. Outro passo para seu fechamento foi o descaso pelo poder público com as instalações oferecendo assim riscos a comunidade em geral.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FECHAMENTO DE MATADOURO PÚBLICO. RISCO IMINENTE À SAÚDE DO CONSUMIDOR DANO AO MEIO AMBIENTE. PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. CONCESSÃO. Comprovada a iminência de danos à saúde dos consumidores, bem como ao meio ambiente, em virtude das péssimas condições de funcionamento de matadouro público municipal, é de se confirmar medida cautelar anteriormente concedida, determinando a paralisação de suas atividades. (TJPB; REO 1998.002609-3; Campina Grande; Segunda Câmara Cível; Rel. Juiz Hitler de Siqueira Campos Cantalice; Julg. 28/09/1998; DJPB 01/10/1998) http://www.fiscollex.com.br/doc_ase em 05/04/11

Com o fechamento do Matadouro Público de Campina Grande, vários transtornos e muita desconfiança são eminentes notadas não apenas pela população local mais também nos mercados de localidades vizinhas, quanto à procedência da carne. O Ministério Público e a Vigilância sanitária detectaram que ao abates estão sendo efetivados em propriedades locais.

Oficiais de Justiça acompanhados de integrantes do Ministério Público estadual, da Vigilância Sanitária e da Secretaria Agricultura interditaram os abatedouros de animais que vinham funcionando clandestinamente nas fazendas Vera Cruz e Alvorada e outros dois que estavam instalados nos bairros do Catolé e Jardim Paulistano, todos em Campina Grande. (<http://www.blogdогоvaldo.com.br/aceeso05/04/11>)

Abastecimento

Campina Grande possuía no setor público faz-se presente através da COBAL (Companhia Brasileira de Alimento), e da CEASA. Centro de abastecimento S/A. hoje (EMPASA).O abastecimento na cidade se dá ,também através de feiras livres espalhadas na cidade,supermercados,mercearias e outros seguimentos de vendas. (HISTORIA DE CAMPINA GRANDE, Mobral 1985, p.133.).

A Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas da Paraíba (Empasa/PB) está investindo em projetos que irão beneficiar a Agricultura e

Piscicultura em todo Estado. Segundo o atual diretor presidente da Companhia, José Tavares Sobrinho, à empresa: direcionar todos os esforços em prol do desenvolvimento dos setores agrícolas e pesqueiro da Paraíba.

Além disso, a Empasa, em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (Sedap), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), será a executora do Projeto de Aquisição de Alimentos (PAA). O projeto, criado em 2003 como uma das ações do Programa Fome Zero, tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. “O PAA será executado pela Empasa, que organizou o Termo de Cooperação Técnica, necessário para sua realização. A empresa é a executora do PAA em 14 municípios paraibanos e pretende estender este número de cidades beneficiadas”, segundo Tavares. (<http://territorioborema.blogspot.com/2011/03/empasa>)

PARTE IV – AS ÁREAS RURAIS INTRÍSSICAS NO MEIO URBANO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB.

4.1 – As Principais Atividades Agropecuárias do Município de Campina Grande.

De acordo com o IBGE a região geoadministrativa de Campina Grande é formada por 39 municípios onde totalizam de acordo com os anos de 200/2007 814.897 habitantes. Entre os municípios paraibanos, representando um PIB de 13,63%, possui uma área de 970 km² e situa-se à uma altitude de aproximadamente 550 metros acima do nível do mar, na região oriental do Planalto da Borborema, distante 130 km da capital do Estado, João Pessoa. Ainda possui oficialmente 52 bairros e 6 distritos: Boa Vista, Catolé, São José da Mata, Santa Terezinha e Galante e está a situa-se à 7°13'11" latitude Sul e 35°52'31" longitude Oeste de Greenwich.

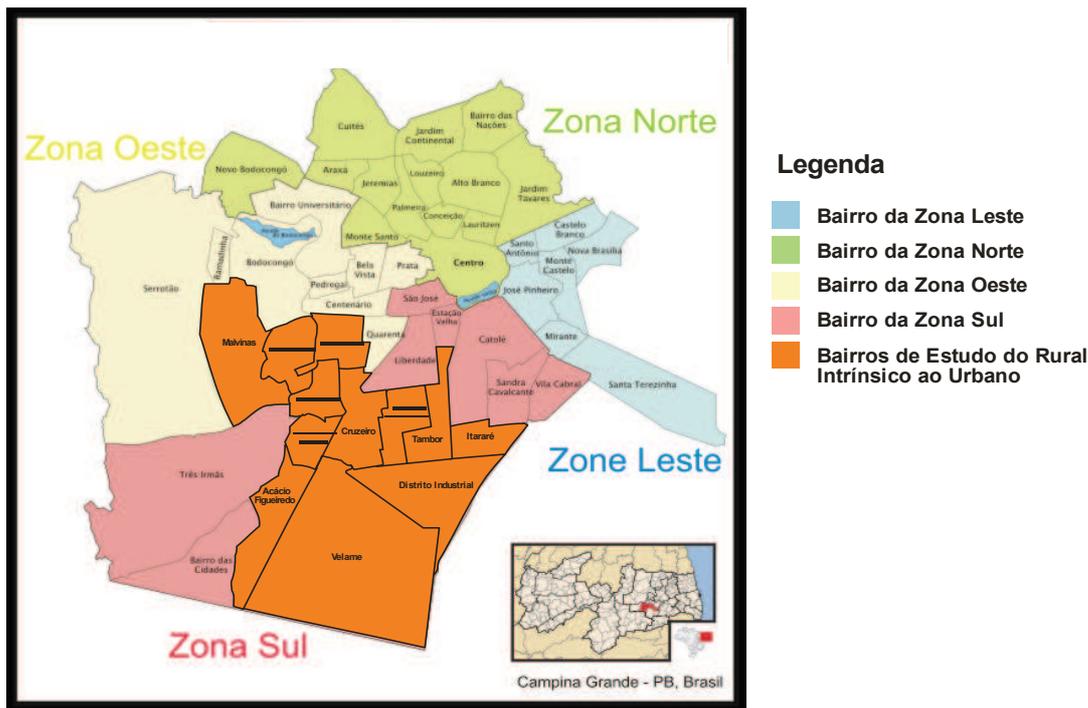


Figura 4 - Bairros de Campina Grande com as Áreas de Estudo do Rural/Urbano

As atividades agropecuárias calcadas na bovinocultura leiteira e de corte, na produção de alimentos e de matéria primas para a transformações industriais representam um eixo econômico para investimentos com capacidades de estimular, o desenvolvimento não só da cidade mais como toda a região.

A cidade de Campina Grande junto com sua região geoadministrativa possui atividades econômicas no setor primário, onde apresentam como, por exemplo, da pecuária, a caprinocultura e a bovinocultura mista, na agricultura temos a fruticultura irrigada e de sequeiro além da piscicultura apresenta também destaque devido a capacidade hídrica do açude de Boqueirão que abastece todo a região. Vale ainda comentar a extração de vários minerais e a equinocultura com as criações de cavalos de alta linhagem. (MAPA DE OPOTUNIDADES DO ESTADO DA PARAIBA, FIEP, Campina Grande-PB, 2009.p.56.)

Pecuária

A bovinocultura na micro-região “Cariri Velhos da Paraíba, possui o clima e a vegetação predominante xerófila bromeliácea e outra de grande valor agrostológico, fornecem certo desenvolvimento dessa atividade pastoril. Além disso, na Paraíba a falta

d'água contribui para uma deficiência de forrageiras nobres e na baixa qualificação dos rebanhos. Varias programas foram instalados de acordo com Figueiredo (2007):

Tentativas para solucionar esses problemas têm sido levantadas a efeito, haja vista o funcionamento no período de 1959 a 1966 de organismos colegiados, o Grupo Garirilo onde, o Ministério da Agricultura,..DNOCS e BANCOS;OFICIAIS,através de um trabalho em equipe,proporcionando assistência técnica e credito orientado,onde introdução de matrizes de reprodutores,implantação de infra estrutura(poços,aguadas,silos,estábulos,forrageiras de maior valor nutritivo,etc.Se constituíram metas de atuação do aludido setor (p.24).

A bovinocultura nos Cariris Velhos ainda do tipo extensiva possui seu desenvolvimento, em um futuro não muito distante, novas técnicas de produtividades nos rebanhos. De acordo com Figueiredo (2007): Ela parece estar em um período de transição, passou de criação extensiva de exploração, literalmente vislumbram-se aumentos de produtividade e uma melhor qualidade que por conseqüência trazem a possibilidade de competição com o gado importado. No setor Geoeconômico polarizado por Campina Grande, a bovinocultura apresentou nos anos de 1965/1969 um acréscimo de 10%, o que equivale a 48.300 cabeças (p.24-25).

Outra atividade que desperta olhares no setor secundário, em especifico na pecuária dessa região é a equinocultura de alta linhagem, onde na cidade já possui haras de criações específicas das raças Quarto de Milha e Paint Horse.Alem disso o setor na cidade oferece um campo de melhoramento genético com embriões vindos dos Estados Unidos.Essa modernidade teve sua importância pelo profissionalização de um esporte muito conhecido na Região Nordeste chamado de Vaquejada. (MAPA DE OPOTUNIDADES DO ESTADO DA PARAIBA, FIEP, Campina Grande-PB, 2009.p.56.)

Agricultura

No setor da agricultura o município de Campina Grande no que diz respeito a fruticultura irrigada e de sequeiro atraem investimentos na Região,alem de contribuir para a atividade econômica comercializada como polpa beneficiada ou transformada em produtos industrializados como polpa,suco,doces,sorvetes,etc.Ainda o município apresenta um potencial na produção de frutas cítricas como laranjas(tangerina,cravo e comum),limão taithy,banana pacovan e manga das variedades rosa,espada e Tommy Atkins,alem do cultivo de outra frutas tais como jaca,graviola,maracujá,acerola,jabuticaba e o caju,alem do mamão em algumas outra áreas mais próximas do brejo. Já no setor da horticultura é a atividade na cidade

desempenha o cultivo das batatas (inglesa e doce), além também de beterraba, alface, coentro e cenouras. (MAPA DE OPOTUNIDADES DO ESTADO DA PARAIBA, FIEP, Campina Grande-PB, 2009.p.58.)

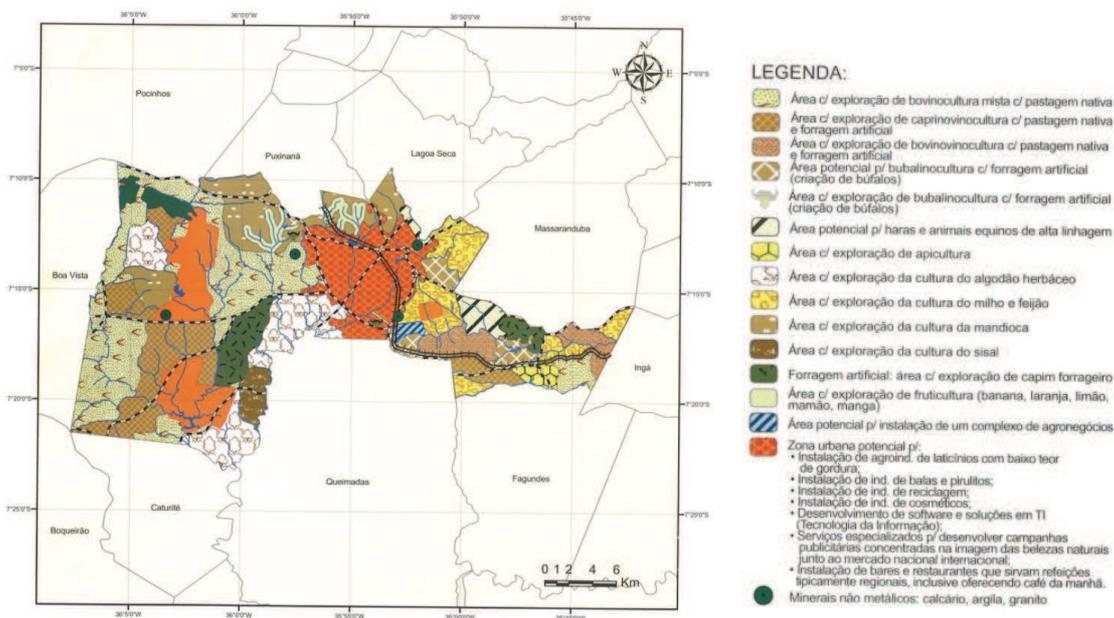


Figura 5 - Áreas de potencial econômico Agropecuário de Campina Grande-PB

Vale salientar que no município de Campina Grande apresenta um potencial para a atividade industrial pela abrangência do setor agropecuário, visto que os produtos provenientes dessa atividade econômica são utilizados como matéria-prima para a agroindústria, proporcionando a interface entre os três setores da economia. (MAPA DE OPOTUNIDADES DO ESTADO DA PARAIBA, FIEP, Campina Grande-PB, 2009.p.58.)

4.2 – Delimitações das Áreas e Atividades Rurais na Cidade de Campina Grande– PB.

Em meados do século XVIII, varias alterações na distribuição espacial da população. Pois o modelo econômico na época evoluía para um estágio mais eficiente de acumulação de capitais e, com isso, toda a sociedade se reestruturava aos moldes industriais. Desencadeou-se um processo de crescimento das aglomerações urbanas, concomitantemente ao esvaziamento demográfico das áreas rurais. O advento da indústria Contribuiu para novas configurações espaciais em várias regiões do planeta, com a aparente consumação da separação entre as áreas urbanas e rurais. Pensar em espaços urbanos e rurais demonstra que a relação dicotômica se constitui como a primeira etapa do processo de diferenciação de áreas, para que só posteriormente, com a

urbanização das áreas rurais, possa existir o contínuo rural e urbano. De acordo com Silva (1997), ele menciona esse fato;

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (p.1).

O termo rural e urbano, na maioria das vezes, aparece como categorias operatórias, utilizadas como referências a bases empíricas e, na abordagem atual dominante entre os geógrafos, são lidas como conjuntos de formas concretas a compor os espaços produzidos pelas sociedades. Tal significado se aproxima do uso no senso comum e também se encontra bastante consolidado entre autores de diversos campos de saber como Sorokin, Zimmerman e Galpin (1930), Redfield (1956), Mendras (1969), Léfèbvre (1970), Sarraceno (1994), Kayser (1996) e, no Brasil, Graziano da Silva (1999), Veiga (2002) ou Abramovay (2003).

Segundo a analogia escrita se faz presente na citação de Cândido (1971), quando o referencial significativo refere-se ao termo “Rural”.

A vida rural significa uma situação humana em que a sobrevivência só é possível com muito trabalho. O resultado desse trabalho oferece o mínimo necessário para viver. (...) O desenvolvimento social da produção gera novos padrões de consumo, modificando os parâmetros, bastante distanciados dos padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos na vida rural, convertidos em padrões de miséria (p.223).

De outro modo, o termo “Urbano” comentado por Sposito (2006), nesse referencial coloca o fato desenvolvimento das cidades.

[...] em relação ao urbano, que se ampara no marxismo, pois considera a conquista de melhores condições materiais decorrentes do trabalho humano. Portanto um nível de produção e produtividade, técnicas e cultura são requisitos para a sociedade urbana. [...] deve-se orientar o crescimento econômico na direção do desenvolvimento, que deve ser entendido como na direção da sociedade urbana, com a prospecção de novas necessidades, pois o homem dessa nova sociedade consiste num homem rico em necessidades, gerando um padrão de riqueza. (p25/26.)

Nessa analogia, Sposito (2006), no contexto diz que é notória as transformações ocorridas na vida, nas qualidades nas relações humanas e nas manifestações culturais que por algum momento a sociedade foi modificada. As transformações produzidas na comunidade rurais pelo processo de urbanização são marcadas pela proposição, ao homem rústico, de certos traços de cultura material e não-material (p.25) Com isso, se impões, por exemplo; novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados, racionalização do orçamento, abandono das crenças tradicionais, individualização do trabalho e, finalmente, passagem à vida urbana.

Santos (1996) enfatizam a constante modernização e tecnicização da agricultura como um aspecto que aproxima o campo da cidade. Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. [...] Ainda se atribuem maior relevância à cidade como condicionante das transformações socioespaciais no meio rural, ao ponderar que a agricultura moderna, à base de ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima (p. 227). Nesse sentido, além de a cidade ter um papel relevante no tipo de produção agrícola, ao demandar determinados produtos, esta, em função das técnicas disponíveis para a produção, armazenamento, acondicionamento e circulação do que é cultivado no campo, influencia as formas de trabalho, produção e comercialização no meio rural. relatada mais uma vez por Santos (1996).

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. A participação no mundo da competitividade leva ao aprofundamento das novas relações técnicas e das novas relações capitalistas (p. 242).

Um problema social acarretando por propriedades e culturas rurais que ainda persistem em meio ao perímetro urbano da cidade de Campina Grande, vem trazendo problemas para alguns e soluções para outros. Maia chamar esses espaços de heranças rurais.

Na década de 60 do século XX, a efetivação de algumas intervenções públicas de caráter nacional contribuíram para as alterações significativas no crescimento dessa cidade. Essa expansão foi acompanhada de um aumento do seu contingente populacional, provocado por um forte fluxo migratório, proveniente especialmente da zona rural ou das cidades interioranas do estado. Tal processo é explicado de forma resumida pela seguinte afirmativa: as concentrações fundiárias somada à modernização agrícola empurram

para as cidades pequenos proprietários e trabalhadores rurais destituídos das suas condições de sobrevivência e de muitos dos seus valores culturais.<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146%28056%29.Htm>. Acesso em: 09/04/2011.

Na última contagem populacional feita em 2010 pelo IBGE, o município de Campina Grande apresentou um total de 385.276 habitantes e, no mesmo recenseamento a população rural era de 18.714 habitantes nesse município. Contudo, a constatação de atividades tipicamente rurais nessa cidade de Campina Grande. Tudo isso surge a partir de um olhar mais atento a paisagem onde é possível encontrar muitas vezes encobertos pelos incrementos urbanos - animais pastando nos lotes vazios ou vales de rios, carroças puxadas pelo burro entregando o leite in natura, homens levando capim para os animais ou até mesmo alguns cavaleiros que se aventuram pelas ruas da cidade.

Por outro lado, muitos desses nichos rurais são frutos da permanência e das circunstâncias da quais as edificações a que foram impostas, e diante disso algumas empresas agenciadoras de imóveis retardam a venda desses espaços visando à especulação de preço, ou seja, deixando o imóvel circundado por edificações a se valoriza. Outro fator a ser levantado é o do “Bem de Estima”, sejamos mais claro: esse espaço antes rural foi passando por gerações tornando familiar e se identificando como “lugar da família”. Com isso espaços e propriedade cultivam e exercem atividades predominantes da zona rural, e que seus familiares preservam esses costumes herdados, tornando assim espaços segregados. Como cita Clastell (1983):

A segregação seria, em uma primeira aproximação, “a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só nos termos de diferença, mais também de hierarquia”. A segregação é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz à formações de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças (p210)

É importante salientar que alguns problemas são enfrentados pela população que está condicionada as proximidades dessas propriedades como empecilhos diante da trajetória de avenidas, já que obstruem a passagem ou o prolongamento dessas ruas e com isso também acarreta problemas no saneamento básico, como a exemplo coleta de lixo e o esgoto dessas vias. Em algum momento outros fatores eminentes é a rede elétrica e de telefonia, que tem que driblar ou contornar esses espaços. É importante

salientar que na maioria dessas ruas e avenidas o tráfego de veículos e até mesmo de pessoas nesses bairros sofrem com essa segregação diante meio social que a elas são de direito.

4.2-Criatórios de animais, insalubridade na cidade de Campina Grande.

Outro fator que precisa ser levantado como desconforto pela população dessas localidades se darem em âmbito de saúde pública visto que algumas dessas propriedades possuem criações de animais (Ovinos, caprinos, Equinos, Muales, Bovinos, etc.), onde sua presença causa proliferações de insetos e parasitas como roedores que além de trazerem também o mau cheiro por conta das fazes e esgotos desses locais. Esse fato torna os moradores da cidade vulneráveis a epidemias de doenças, como explica a FUNASA, (1993).

A presença do roedor em áreas urbanas e rurais gera agravos econômicos e sanitários de relevância ao homem. Os ratos participam da cadeia epidemiológica de pelo menos trinta doenças transmitidas ao homem. Leptospirose, peste e as hantaviruses são doenças de importância epidemiológica no Brasil por eles transmitido. Ocorrem, em média, cerca de 3.200 casos de Leptospirose humana no país anualmente, com letalidade em torno de 12%. Já os casos de Síndrome Pulmonar por hantavírus vêm ocorrendo no país desde 1993, com alta letalidade tendo o roedor silvestre como reservatório (p.sd).

Além disso, moradores se queixam que esses espaços rurais por possuir cercas e muito matagal, servem de abrigo para o consumo de drogas onde também meliantes promovem assaltos e furtos em suas vizinhanças.

A relação entre o meio urbano e o rural torna-se a mais dinâmica, antes a zona rural era apenas a fornecedora de alimentos e produtos que só o campo era capaz de produzir. Com o desenvolvimento das técnicas aliada a expansão e consolidação da globalização, incutiu nesses espaços novas relações que a cada dia são intensificadas. As cidades dependem cada vez mais do campo como fornecedor de alimento, também como consumidor de agrotóxicos, fertilizantes, adubos e máquinas. E isso tem levado os

moradores do campo a procurar as cidades em busca de emprego o que nem sempre acontecem então eles se vêem cada vez mais obrigados a permanecer nas cidades em espaços que muitas vezes são improvisados e carentes de infra-estrutura, como água, energia, rede de esgoto, etc.

A vida na cidade se torna cada dia, mais atrativa devido aos serviços que se oferece, e as atividades que são desenvolvidas neste espaço, sendo assim o processo de urbanização é cada vez mais freqüente e em ritmo acelerado visto que a população que habitava o campo, ou seja, a zona rural está se transferindo para a cidade buscando assim novas aspirações quanto à questão principalmente de ordem econômica, essas pessoas estão buscando a cidade para garantirem uma melhor renda, para assim poder desfrutar de melhores condições de vida.

Mas o que acontece nem sempre é o esperado isso porque a cidade, as funções que nela são desenvolvidas implicam que os trabalhadores estejam cada vez mais capacitados, mais bem informados, e isso dificulta o acesso de quem vêm do campo, então muitas vezes essas pessoas procuram desenvolver atividades do campo no espaço urbano, em áreas que ainda são tipicamente rurais, mas que estão inseridas no espaço citadino. As ações de inclusão devem então buscar suprir essas necessidades, integrando os habitantes agora citadinos ao novo, ao que a cidade produz o estado seria então o responsável por essa inclusão.

4.3 – A Relação Entre o Poder Público e o Ator Social das Áreas produtoras Urbanas.

Pode-se reconhecer que a cidade já possui projetos sobre desenvolvimento urbano, onde o que se precisa é de um órgão que atue rigorosamente e adequadamente, de modo que ambas as partes saiam satisfeitas e que a prefeitura municipal possa promover melhor qualidade de vida sem perder sua identidade paisagística, urbanística e cultural. Em Campina Grande, o uso do solo urbano está regulamentado pela Lei de número 176/75, de 30.10.1975, na gestão do então prefeito, Dr. Evaldo Cruz, onde para isso foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande, o PDDI-CG, que tinha o objetivo de disciplinar e ordenar o desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de modo a proporcionar o bem-estar, do município de Campina Grande. Por toda via, o espaço pleno tenta proporcionar à cidade uma melhor organização do seu ambiente, dentro de princípios que não sacrificam à estrutura física da mesma, isto é, para que os campinenses tenham boas áreas de lazer,

as quadras que delimitam os bairros sejam bem divididas, enfim esteja ambientado e socialmente harmonizado.

Na realidade habitam em áreas distantes do centro, distantes dos serviços principais como educação, lazer e serviços jurídicos, isso tudo contribui para uma marginalização desses moradores que encontram cada vez mais obstáculos para que tenham uma vida digna como sugere o ESTATUTO DA CIDADE (2005) que diz:

Assegurar o pleno exercício do direito à cidade é a diretriz chave da política urbana que deve ser implantada nas cidades brasileiras, tendo as pessoas humanas como a prioridade desta política. O pleno exercício do direito a cidades sustentáveis compreende condições dignas de vida, de exercitar plenamente a cidadania e os direitos humanos (direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), de participar da gestão da cidade, de viver numa cidade com qualidade de vida, sob o aspecto social e ambiental (SP).

De acordo com o modo de vida, o rural e o urbano divergem em uma sociedade estreitamente interdependente. Esta relação é determinada pelo duplo pressuposto da existência de excedente agrícola e a possibilidade de trocar esse excedente, desde a antigüidade à realização desta permuta é determinada por um conjunto de fatores em duplo sentido, nomeadamente através do uso dos transportes e do comércio tendo como exemplo as feiras livres. Do ponto de vista dos camponeses, parte do produto do trabalho converte-se em mercadorias a escoar para o comércio, dando começo à prática de uma produção mercantil monetária. O meio rural proporciona a alimentação, e os homens da cidade fornecem as ferramentas, os artigos manufaturados e a tecnologia. Se a agricultura tornou possível o nascimento da cidade e condicionou a sua evolução, por sua vez, a cidade tornou-se essencial para facilitar as trocas ou a aplicação e manutenção de inovações teóricas e técnicas. Isso porque a terra urbana passou a ser loteada diferenciando assim a terra urbana da terra rural sobre isso nos diz Sposito (2006):

Primeiramente, há que se considerar que a cidade cresce transformando terra rural em terra urbana. São passíveis de serem loteadas as terras que estiverem mais próximas da cidade já constituída e que podem, por essa razão, ser objeto de iniciativas de

extensão de seu tecido urbano. Nesses termos, no plano político-administrativo, são passíveis de serem loteadas as terras que compõem o cinturão que está em torno da cidade já constituída e compreendida por seu perímetro urbano (p. 124).

De acordo com pensamentos de Veiga (2002), deveria ter uma classificação considerando a população combinando com dois outros fatores: contingente populacional densidade e aspectos locais. Nesse conceito, de acordo com o senso de 2000, teríamos apenas 455 municípios urbanos. Nessa visão ele identifica o país como um “Brasil rural”. O município de Campina Grande com isso, mesmo contabilizando uma população de 385.276 habitantes e uma área total de 620, 628 km², seria na concepção de Veiga um município rural. Ainda nessa lógica, Sposito (2006) detalha melhor essa visão de Veiga:

Segunda essa lógica, para não haver prejuízo na análise da configuração territorial do país, deveriam se considerados como municípios de pequeno porte aqueles com menos de 50 mil habitantes e que apresentem menos de 80 habitantes/km², mas caso possuam densidade acima de 80 habitantes /km², mesmo estando abaixo do patamar de 50 mil habitantes, também poderiam ser considerados de médio porte. Por tal metodologia, 80% dos municípios brasileiros seriam tomados como essencialmente rurais (p.38-39).

O fato visto retrata a realidade dos municípios do Nordeste, onde a emancipação é feita de forma exagerada e sem uma estabilidade e um planejamento urbano capaz de contribuir para o bem estar de seus habitantes. Com isso essas precariedades se permutem por varias décadas causando inúmeros problemas de identidade entre a cidade rural e a urbana.

4.4- A tributação impede mais as atividades rurais na cidade do que os riscos da insalubridade no Brasil.

O que existe na uniformidade na legislação brasileira para conceituar o que seja um imóvel rural ou urbano. As leis agrárias identificam o imóvel rural considerando a sua destinação. Já as leis tributárias consideram a localização do imóvel para a incidência do imposto sobre a propriedade urbana - o IPTU - ou sobre a propriedade rural - o ITR. O art. 29 do CTN - Código Tributário Nacional - determina:

"O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse

de imóvel por natureza, como definido em lei civil, localizado fora da zona urbana do Município."

Confirmando o aspecto da localização, o Art. 32 do CTN enumera os melhoramentos que devem ser considerados pelos administradores municipais para a instituição da cobrança do IPTU. Diz o artigo:

"Art. 32 - O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II – abastecimento de água;
- III – sistema de esgotos sanitários;
- IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;
- V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Entretanto existe uma dicotomia dos fatos; a própria lei faz algumas ressalvas para priorizar a cobrança do IPTU:

Art. 32 [...]

§ 2º A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.

O que ficou concluído foi que o estatuto da Terra, Lei 4.504/64, anterior ao Código Tributário, já conceituava o imóvel rural. No art. 4º afirmou o legislador de 1964 que imóvel rural é o "prédio rústico de área contínua qualquer que seja a sua

localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada".

Na mesma esteira, após a promulgação da Constituição Republicana de 1988, a Lei 8629/93, de competência privativa da União - por força do Art. 22, I, da própria Constituição -, regulamentou diversos dispositivos constitucionais que tratam das questões agrárias, definindo no artigo 4º o imóvel rural. O critério é o mesmo do Estatuto da Terra: "o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial".

É de grande valia mencionar que, mesmo após a Lei 8629/93 o assunto não ficou assentado na legislação, muito menos pacificado na jurisprudência. A Lei 9393/96, que modificou a legislação do ITR, acabou reafirmando o critério da localização.

Em linhas gerais, com fundamento nas leis agrárias, podemos afirmar ser possível a existência de atividades típicas agrárias em áreas determinadas como urbanas na legislação municipal. De acordo como já foi noticiado acima, o legislador federal é o titular da competência privativa para legislar em matéria de Direito Agrário - Art. 22, I, da CF. Poderia haver então uma aparente colisão de princípios em face do princípio da autonomia dos entes da federação, expressa no Art. 18, da CF. Se as atividades desenvolvidas no imóvel são tipicamente agrárias e o município faz incidir sobre ele o IPTU, na prática, está inviabilizando a atividade agrária no local. O ideal é a tributação dos imóveis pelo ITR, cuja arrecadação, todos sabem, é irrisória em nosso país, a despeito da previsão constitucional da progressividade do imposto, prevista no § 4º, I, do Art. 153 da CF, no caso dos imóveis improdutivos.

Há, todavia sinal de novos ventos vindos do STJ. Em recente decisão, 06.05.2008, o ministro José Delgado, da 1ª. Turma do STJ, no julgamento do Agravo Regimental 2007/0292272-7, decidiu:

O critério da localização do imóvel não é suficiente para que se decida sobre a incidência do IPTU ou ITR, sendo necessário observar-se, também, a destinação econômica, conforme já decidiu a Egrégia 2ª Turma, com base em posicionamento do STF sobre a vigência do Decreto-Lei 57/66."

É importante salientar que esses são aspectos relevantes capazes de fortalecer e aumentar as atividades agrárias nas áreas urbanas. O fator determinante será então a organização dos pequenos produtores que devem primar, além da salubridade do ambiente, pela convivência saudável com a vizinhança. Disso resultará a valorização da atividade pela própria comunidade, beneficiária mesma dos produtos frescos e de qualidade. Deve também o administrador público municipal ser receptivo a essas velhas/novas práticas de criação.

O Código Sanitário Municipal de Campina Grande não veda expressamente a criação ou conservação de animais vivos no âmbito municipal. É dicção constitucional de clareza solar a proteção de todos contra qualquer ameaça à saúde pública, consoante os art. 196, da Constituição Federal, inseridos no Título VIII "Da Ordem Social", Capítulo I, "Disposição Geral" e Seção II "Da Saúde": vejamos o que diz esse artigo:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Vejamos o que tem sido feito tratar dessa questão em outros lugares do planeta. É crescente, como já foi comentada, a consciência de que a preservação do meio ambiente faz-se necessária em todos os espaços. O desejo de várias pessoas em produzirem o seu próprio alimento, devido não apenas às conotações do excesso de agrotóxico, herbicidas e pesticidas nas plantas, ou do uso abusivo e irresponsável de antibióticos e outras substâncias químicas na criação intensiva de animais. Conseqüência disso é que já há o aumento da produção de carne e produtos agrícolas em pequenas propriedades localizadas nas regiões periurbanas e também urbanas como a exemplo no município de Campina Grande.

4.5-Regulamentação do uso do solo campinense pelo critério municipal

Os estudos de caráter eminentemente urbano afirmam que o avanço da cidade sobre as áreas rurais resulta no processo de esterilização rural, ou seja, que as mudanças agrícolas na periferia urbana resultam numa conversão das áreas rurais em áreas urbanas. O espaço periurbano sofre transformações, na medida em que, a especulação fundiária progressivamente é capaz de esterilizar o campo circundante em vez de desenvolvê-lo. A franja rural-urbana passa a fazer parte do processo de suburbanização,

e através da taxação e códigos de obra, o valor da terra suburbana vai sendo afetado. Na teoria da esterilização da agricultura periurbana a especulação da terra é inevitável. Acredita-se que a agricultura não contribui com importância para o valor potencial da terra suburbana, especialmente quando essa terra não vem sendo usada com finalidade agrícola.

Outro ponto revelado nos trabalhos, é que um grupo de agentes atua no espaço periférico, e esse grupo é constituído pelos loteadores, construtores, agentes financeiros e corretores de venda, cujas ações modelavam rapidamente e fortemente o uso do solo da cidade. De acordo com Furlanetto (1987), [...] O crescimento da periferia e seus atores são temas de diversos estudos que tem como objeto de estudo – os agentes modeladores do uso do solo urbano e a construção da periferia metropolitana. No processo de estruturação do espaço metropolitano, as ações de determinados integrantes da sociedade orientam direta ou indiretamente o uso do solo e moldam a forma espacial da aglomeração urbana (p.27).

Assim nos anos do chamado “ouro branco” se tornou muito mais vantajoso aos proprietários em prejuízo, empreenderem o loteamento de seus terrenos, tendo em vista a grande demanda por moradias provocada pelo grande aporte de migrantes que chegavam a cidade de Campina Grande sem condições econômicas de permanecerem na cidade em crescente valorização imobiliária. Esses espaços periurbano eram entendidos como um espaço social e economicamente desvalorizado, carente de infraestrutura e de uma coordenação da gestão dos bens públicos, ocupado por contingentes populacionais de baixa renda, que o usavam com a função pastos pra o gado ou pra a agricultura de subsistência.

A cidade de Campina Grande teve o uso do solo urbano está regulamentado pela Lei de número 176/75, de 30.10.1975, quando era Prefeito o Dr. Evaldo Cruz. Com isto, foi criado o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campina Grande - PDDI-CG que objetiva disciplinar e ordenar o desenvolvimento físico, econômico, social e administrativo, de forma a propiciar o bem-estar da comunidade de Campina Grande. Desta forma, Gonzaga de Souza (2006) diz que: O plano de tenta proporcionar à cidade uma melhor organização de seu espaço dentro de princípios que não sacrifiquem a estrutura física da cidade, isto é, os campinenses tenham boas áreas de lazer, as quadras dos bairros sejam bem divididas, enfim esteja tudo em seu lugar. (p. 129)

Nos dias atuais após trinta e cinco (35) anos da implantação do Plano que nunca foi aplicado. Não existe nem a filosofia do uso do solo urbano na cabeça dos dirigentes municipais. O que existe são monopólios. Alguns latifúndios que ainda continuam com grandes proporções de terras na cidade - centro e periferia - e alguns especuladores que compram lotes e mais lotes de terras nos diferentes bairros com o objetivo de especulação, inclusive majorando os preços a níveis que só esses especuladores entendem. Isto significa dizer que não existe uma política de melhor distribuição da terra urbana e sim a atuação de especuladores intransigentes à procura de lucros monopolísticos. Com isto, o Plano Diretor foi posto por terra. Teoricamente, sabe-se que os instrumentos para formalizar o padrão de uso da terra urbana são três:

- Regulamentação;
- Impostos
- Aquisição pública.

De acordo com essas três formas fazem com que o governo municipal, no uso de suas atribuições, valorize o uso mais adequado do solo urbano, forçando a construção por seus proprietários e/ou dinamizando os assentamentos pelo Prefeito no seu próprio direito de desenvolver o município. Só assim, a prefeitura e a sociedade poderiam combater os formadores de um oligopólio campinense que vive da especulação imobiliária, arbitrando preços impossíveis de aquisição por aqueles que pretendem construir seu teto, mesmo que modesto. É por isto que acontecem as invasões de terrenos alheios, criando um processo de favelização citada ainda por Gonzaga de Sousa (2006).

Diante desses fatos Gonzaga de Sousa (2006) diz que; [...] O único imposto que existe é o predial e territorial urbano - IPTU. O IPTU é um imposto cobrado aparentemente pelo valor venal da habitação, isto é, um (1) por cento do valor do imóvel - casa ou terreno - constitui o pagamento do IPTU anual. Entretanto, verifica-se que esse imposto não constitui a realidade, tendo em vista que os valores arbitrados por cada imóvel não coincidem com o valor real que o imóvel tem. É fácil de exemplificar: Uma casa que possui um valor de duzentos e cinqüenta mil cruzeiros na época pagaria duzentos e cinqüenta cruzeiros de IPTU (p.129). Isso a trinta e cinco anos atrás. O que se procede é que, esta mesma residência possui um valor venal na Prefeitura de oito mil cruzeiros, portanto, pagando oitenta cruzeiros de imposto na época de sua implantação. O que acontece é uma negligência por parte das autoridades nos dias atuais, que não

atentam para tais aumentos de valores de arrecadação. Como relata em seus manuscritos.

Mais como se fiscalizava essa lei do PDDI-CG?

- 1) Criar um imposto progressivo para terrenos especulativos;
- 2) Instituir um imposto equitativo para quem seja dono e esteja usando sua própria casa;
- 3) Os especuladores habitacionais deveriam pagar imposto progressivo até vender sua casa;
- 4) Estimular residência urbana e não construção de edifícios desnecessários;
- 5) retirar as vacarias existentes nas zonas urbanas;
- 6) Se não reestruturar, mas aplicar fielmente o PDDI-CG;
- 7) Rever a política de urbanização da cidade quanto à área verde e de lazer.
- 8) Não deixar que os monopólios dominem o setor imobiliário do município.

Nesse caso, é indispensável que se tomem as providências quanto à utilização do solo urbano, pois do contrário, pequenos grupos vão continuar a especular em busca de altos rendimentos de terrenos que deveriam ser utilizados em benefício da sociedade campinense.

Ainda Gonzaga de Sousa (2006) se mostra com repúdio os fatores relevantes no qual se encontra o uso do solo por especuladores imobiliários na cidade de Campina Grande;

[...] O problema existe e as autoridades conhecem profundamente a ação especulativa desses campinenses que não se importam com o bem-estar da cidade, mas se locupletam em obter mais lucros em cima da especulação imobiliária. É um descaso que especuladores inescrupulosos busquem altos rendimentos sobre algo criado pela natureza e para usufruto de todos os cidadãos do planeta terra. (p.130.)

Campina Grande hoje vem passando por grandes mudanças urbanas entre elas no setor imobiliário, essas mudanças competem para uma verticalização das habitações, e, no entanto, já previa esse crescimento vertiginoso e incentivando a especulação imobiliária principalmente em áreas centrais da cidade, chegando ao ponto de empresas

construtoras comprarem grandes espaços ou residências para dar lugar grandes edifícios ou condomínios de luxo, como podemos citar o clube das Acácias que se tornou em dois arranha céus em plenas margens do açude Velho e o hospital infantil Samique, que foi desapropriado para construção de um complexo residencial.

4.6- A Relação Entre a População e o Ator Social das Áreas produtoras Urbanas.

Começo pela impropriedade da afirmação de ser o espaço urbano o do desenvolvimento e o rural o do atraso. O acolhimento das necessidades de uma população premida pela força urbanizadora, resultado principalmente do impulso de ocupação do território pelas atividades econômicas concentradoras de riquezas e desatreladas da contrapartida social, deve conduzir o operador do direito à interpretação das normas jurídicas adequada aos novos tempos e aos princípios constitucionais que asseguram o bem de todos e o pluralismo político e cultural expressos na Constituição.

Na visão de Laureano (2008) ensina que a urbanização da humanidade é um fenômeno moderno que designa o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural. Esse é um fenômeno da sociedade industrializada que, segundo ele, transformou os centros urbanos em grandes "aglomerados de fábricas e escritórios permeados de habitações espremidas e precárias" (p.sd). Mas observa que se a urbanização das cidades européias e norte-americanas é função da industrialização e do desenvolvimento econômico, o fenômeno da urbanização vem ocorrendo também nos países subdesenvolvidos. E o exemplo citado por Wilhelm (1976) sobre o Brasil:

[...] "a população urbana no Brasil era de cerca de 32% em 1940, 45% em 1960 e mais de 50% em 1970, atingindo 70% na década de 80 do século passado, revelando urbanização crescente, mas urbanização prematura, que decorreu de fatores nem sempre desenvolvimentistas, como o êxodo rural, por causa da má condição de vida no campo e da liberação de mão-de-obra em razão da mecanização da lavoura ou da transformação de plantações em campos de criação de gado(p.98).

A existência de várias regiões do mundo em que a idéia de "continuum" não traduz, de forma satisfatória, a realidade. Em vastas áreas dos países em desenvolvimento e nos países mais atrasados, a industrialização da agricultura e as demais mudanças que levam ao transbordamento do urbano para o rural ainda não se efetivaram. A conceituação dicotômica ainda pode se valer eficiente para essas regiões, uma vez que esse tipo de abordagem indica a existência de áreas rurais distantes das cidades. Dessa forma, vale destacar que seria impossível chegar a uma definição

universal do que seja rural e urbano, já que as diferentes realidades sócio-espaciais encontradas no globo clamam por adequações apropriadas e específicas.

No Brasil, uma série de inadequações na caracterização do que seja rural e urbano, que geram problemas conceituais e metodológicos conhecidos, há décadas, por muitos estudiosos do assunto. A legislação vigente data do Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que o país era vastamente rural, e considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) sem levar em conta suas características estruturais e funcionais. De acordo com Veiga (2002) esta aberração coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial. Então com isso ele afirma que;

O país enfrenta, com isso, dificuldades na formulação de políticas de desenvolvimento rural e na distribuição de recursos, sendo crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores (e até populações indígenas e quilombolas) que perdem o direito aos poucos benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios. Mesmo lavradores miseráveis atingidos pela seca no semi-árido nordestino não tiveram direito à cesta-básica, e agora não recebem bolsa renda, porque residem em sedes de municípios. E porque deixariam de fazer tal opção se é justamente na sede que há mais chance de acesso à água, eletricidade, correio ou escola primária? (p.57).

Em Campina Grande a existência de propriedades rurais não foge dessa perspectiva citada por Veiga, aos poucos de um modo geral trazem fatores benignos e malignos à sociedade a qual estão inseridas essas segregações. No tocante, vale salientar que essas propriedades que muitas vezes formam o que Maia (2000) chamar de heranças rurais. Com essa visão e através de uma pesquisa em loco, descobri-se que boa parte dessas terras era a casa sede de uma fazenda na qual eram repassadas pro gerações através de heranças ou partilhas da propriedade para os filhos e netos dos titulares desses imóveis.

A cultura de alimentos nas cidades e em seu entorno tornou-se uma atividade produtiva importante, vital para o bem-estar de milhões de residentes urbanos pobres e outros nem tão pobres. Estima-se que 15% de todos os alimentos consumidos nas áreas urbanas sejam cultivados por agricultores urbanos e que essa porcentagem duplique em vinte anos. Cerca de 800 milhões de pessoas estão envolvidas na produção agrícola urbana no mundo (ver “Terras”). Os seguintes exemplos de diferentes regiões ilustram o potencial da agricultura urbana.

(http://www.wiiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/cap2_asurbanas.Pdf acesso em 10/04/2011.)

Em constatações evidentes na zona sudeste de Campina Grande casas antigas que possivelmente se mostram como casa sede de antigas fazendas existentes nessas localidades. Na maioria das vezes ainda possuem uma área considerável no perímetro urbano, onde ali são cultivados vários itens como feijão, milho, macaxeira, (Figura 04). O fato é que a alvenaria rústica muitas vezes paredes largas, telhados de telhas grandes e madeiras nobres como a braúna. Além dessas características, possui varanda em seu entorno formas marcantes de casas do meio rural (Figura 06).



Figura 6: Plantação de Mandioca e feijão no Bairro das Malvinas

FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, julho de 2010.

FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, julho de 2010.



Figura 7: Plantação de feijão e chuchu através de irrigação por gotejamento



Figura 8: Residência que ainda preserva a arquitetura de casa de fazenda no Bairro de Santa Rosa, Campina Grande-PB.

FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

De acordo com uma pesquisa em loco alguns dessas propriedades foi visitadas a fim de saber o que trouxe ou o que faz esses proprietários manter atividades agrícolas na cidade. Sobre uma importância ao contexto histórico-geográfico, social, político e econômico da zona sudoeste de Campina Grande. Foram feitas entrevistas com os moradores locais, para identificar os motivos que os mantêm nesse local, e foram questionados alguns fatos: O porquê se manter na cidade com atividades predominantes da zona rural? Quais as atividades desenvolvidas no espaço urbano, com características

rurais?Quais as dificuldades encontradas em ter esse tipo de atividade na cidade?Existe vontade de retornar para o campo? Entre outras.

A entrevista foi feita aos proprietários nos meses de Junho e julho do ano de 2010, onde de maneira singela se dispuseram a entrevista. Nesse pensamento foi perguntado o porquê essas pessoas se manter na cidade com atividades predominantes da zona rural, tivemos varia alegações confessadas por eles;

Outro morador de 76 anos de idade e proprietário de um pequeno espaço agrícola no Bairro das Malvinas relatou que para o complemento da renda de sua casa, já que a aposentadoria é pouca ele planta uma horta no seu quintal e vende para os moradores da localidade. Outros dois agricultores urbanos responderam que os laços afetivos não poderiam ser quebrados. O fato é que a propriedade ter um valor afetivo, herdado desde meu bisavô, esse bairro era todo dentro da fazenda. E já outro senhor comentou que possui um “roçado” no bairro do Paulistano e como se um agricultor respondeu que gosta da vida na roça, de plantar e de criar um bichinho, porque foi criado nessa vida.

Por ter a profissão de agricultor, e após ser alvo de vários assaltos na propriedade rural em que trabalhava, resolvi morar na cidade depois da aposentadoria, além de me sentir seguro, tudo aqui é próximo. Dono de uma propriedade. Outra filha de agricultores diz :Eu e meu marido não queríamos abandonar a roça, ainda sim sempre que podemos reunimos a família no plantio, passando assim a herança que nossos pais deixaram para nossos filhos e netos.” (proprietários de minisítios, no Bairro do Presidente Médici).

Mediante ao contexto da pesquisa a fim de detectar essas zonas agrícolas na malha urbana de Campina Grande foi questionado a esses produtores agrícolas, quais as atividades desenvolvidas no espaço urbano, com características rurais. E com isso varias respostas tivemos como podemos citar: carroça de burro, plantações de capim, batata, mandioca e um plantio de feijão, frutas e verduras. Além de criações de animais de grande porte como, bois, vacas, cavalos entre outros.

Alguns agricultores do bairro das Malvinas comentaram que possuía plantações de hortaliças e frutas com a ajuda de irrigação e isso foi constatado. (figura: 09). O senhor relatou que além de diversos tipos de plantações ainda possuía criação de Vaca onde, era do leite vendido que se completava o orçamento familiar. Quando foi

perguntado a essas pessoas quais as dificuldades em se morar na cidade,ouve varias respostas,eles se queixavam mais de roubo de frutas e verduras, e vandalismos nas cercas da propriedade.Mais o que se mais se falou por quase unanimidade foi o simples fato de pagar pra comer o que antes eles teriam de graça quando se plantavam na zona rural..



FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

Figura 9: Plantio de hortaliças no quintal de residências em Campina Grande-PB

A grande maioria se mostrou com saudades do campo mais temem a concorrência com grandes proprietários além de uma coisa que está em moda no campo, a violência no campo. Alguns desses proprietários relataram fatos criminais como furto de ferramentas e animais além de invasões de residência, interpretado por eles que a zona rural tornou-se uma área vulnerável por estarem distantes das autoridades policiais.

O fato benéfico desses nichos rurais na cidade, é que pelas proximidades dessas áreas rurais algumas culturas são resgatadas como o exemplo do leite inatura vindo direto de vacarias espalhadas na cidade. Elementos rudimentares e culturais são presenciados nos dias atuais; isso vem passando de gerações em gerações e acolhida pela sociedade urbana que cultiva a nostalgia rural. Observamos nas fotos essa realidade;



<http://restosdecoleccion.blogspot.com/assecoem04/2011>

Figura 10: Venda de leite retirado na hora nas décadas de 1960.

As transformações aconteceram com implementações de leis resultado da modernização e a adequação aos meios interurbanos no Brasil, e com isso a proibição de leite “inatura” no país, consolidado pelo artigo 509 do Decreto Federal nº30. 691 de 29/03/52. Onde se propunha que, em cidades ou localidades onde existir usinas de beneficiamento de leite, não é permitido a venda de leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comercio deste tipo de leite.



FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

Figura 11: Venda leite vindo direto da fazenda, nas ruas de Campina Grande-PB

Outro fato marcante que podemos citar de costumes e tradições de características rurais inclusas na cidade de Campina Grande são as carroças de burro ou puxado por tração animal. À medida que a cidade vai se transformando, não há mais espaço para vacarias na malha urbana. (Jornal Diário da Borborema, 20/03/79). Com isso Campina hoje possui varias usinas de beneficiamento de leite alem das existentes na zona metropolitana como, Leite Lebom, Leite Cariri, Leite Sant'ana, entre outros, e ainda possui em toda cidade venda de leite “inatura”, em tambores feitos de porta em porta. A intenção do governo com essa Lei é garantir a população um produto de boa qualidade sanitária e de higiene. Mais com tudo isso alguns produtores vendem sua produção de leite para essas usinas, a produção de leite em Campina Grande no ano de 2009, segundo o IBGE foi de 3.300 litros de leite, entretanto essa produção é aquelas que se encaixam no perfil exigido. Os que se expõem interesse público pelo motivo financeiro, nesse caso vendem sua própria produção de leite inatura nas proximidades de sua vacaria. Esse fato é vivenciado nos bairros da cidade e comentado por um vendedor de leite do bairro da Liberdade a mais de 20 anos;

No começo tudo era mais difícil, Trabalhava com meu pai, a gente entregava leite de casa em casa com o botijão na cabeça e andava léguas, depois passamos a entregar de jumento, alem disso recebíamos perseguições por um capitão da época, que pegava o leite e derramava; agente tinha que vender escondido da policia na época do prefeito Dr. Evaldo Cruz.[...] dei educação aos meus filhos com o dinheiro de leite e queijo que vendo também nas segundas, mais trabalho de domingo a domingo nessa luta... Hoje trago leite de Caturité pra vender mais porque as usinas só querem pagar uma merreca, por isso estou aqui vendendo meu leite a um real o litro. (Vendedor de leite e proprietário de vacaria).

Algumas pessoas se dirigem para essas vacarias urbanas para acompanhar a ordenha e até mesmo tomar copo de leite retirado na hora, essa cumplicidade entre população consumidora e proprietário leiteiro resgata as tradições rurais e a memória de quem vivenciou esse ato de tomar leite “direto do peito da vaca”. Outras esperam a chegada do leite com panelas, caçarolas, tambores e garrafas pets, no intuito de gostarem desse tipo de leite ou tem o intuito de preservar a herança cultural de seus pais e avos. Como relata uma moradora do bairro da liberdade de 65 anos de idade que possui esse hábito desde a sua infância.

Compro esse leite desde que tive meu primeiro filho, e aqui já faz mais de quinze anos que pego. Gosto desse leite pro que é mais saudável não possui água e é ótimo pra fazer quailhada pra comer de manhã bem cedo. Aqui além do leite compro a ele o queijo que ele mesmo fabrica. Nunca tive problemas com esse leite. (Comenta a consumidora desse tipo de leite).

Podemos notar também pela cidade, animais trafegando pelas ruas em meio ao trânsito contribuindo ainda mais para estatísticas de acidentes de trânsito no país. Mesmo após a orientação do Ministério Público para que seja feita a conscientização da população e a retirada dos animais das vias públicas, Prefeitura não está cumprindo a lei. O perigo de acidentes envolvendo animais de grande porte aumenta no período de chuvas. De acordo com o coordenador do Centro de Zoonoses de Campina Grande, Fernando Grosso, em entrevista ao jornal Diário da Borborema, explica o por que da presença desses animais nas ruas:

Nas épocas mais frias os animais procuram o asfalto nas estradas e dentro da cidade, para tentar se aquecer, "já que o asfalto retém calor", frisou. O coordenador informou que em junho foram apreendidos 44 animais de grande porte em Campina Grande e em julho este número aumentou em 99%. Nas estradas o número de animais apreendidos também é grande. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), apenas do dia 1º ao dia 25 do mês de agosto de 2010, foram apreendidos 67 animais e três acidentes ocorreram devido os animais. (Grosso, Diário da Borborema, 27 de agosto de 2010).

Ainda o diretor do Centro de Zoonoses de Campina Grande reitera que diante das circunstâncias a população pode acionar a polícia para a apreensão desses animais que se encontram em vias públicas. Foi realizado um levantamento pelo centro de zoonoses e a vigilância ambiental sobre apreensão de animais dos meses de janeiro a julho onde 646 animais de pequeno e grande porte, como gatos, cães, cavalos, vacas, cabras e bois foram apreendidos. Existe um trabalho de parceria entre a polícia e o Centro de Zoonoses, nas estradas que ligam diversas cidades à Campina Grande. "O perigo aumenta quando cai à noite e durante este período nós não disponibilizamos de um lançador para capturar o animal", disse o inspetor da PRF, Aurivan Freitas.



Junior Lar ceda/Diário da Borborema/agosto de 2010

Figura 12: Flagrante de um animal caminhando em uma avenida da cidade.

Sobre o trânsito tração animal zona rural ou urbana, é uma prática herdada da época colonial e que hoje predomina nas classes sociais de menor poder aquisitivo. Enquanto na cidade - apesar das limitações administrativas relacionadas aos locais de circulação de carroças (vedadas nas vias públicas de trânsito rápido e nas estradas). Em campina Grande essa em alguns momentos passa até por tradição no caso da “Burriáta”, um passeio feito na época junina com carroças de tração animal.

Diante de uma tradição rural, inclusive muito usada pelos tropeiros mais modernos, a carroça de tração normalmente puxada por bois burros ou mulas. Hoje em dia, as carroças para transporte de pessoas, produtos além de material de construção. Ultimamente, em muitas cidades brasileiras, tem aumentado o número desse veículo para transporte de carga e remoção de entulho. Na cidade de Campina Grande ainda há vários "pontos de carroça" (aluguel de carroça) para isso surge nos dias atuais à profissão dos chamados "carroceiros" mais que não possuem registro no Ministério do Trabalho. O preço desses fretes são avaliador de acordo e a distancia a ser percorrida. (Figura 13).



FONTE: BEZERRA, W. S. – Estudo de Campo, Abril de 2011.

Figura 13: Carroça trafegando em meio ao trânsito de Campina Grande-PB

O trabalho exercido tipicamente rural nas cidades serve como alternativa de vida para aquele cidadão que diante de varias circunstâncias vem habitar a parte urbana. Desse modo a Santos (1994), comenta esses fatos:

[...] uma diferenciação entre espaços e cidadãs, onde se percebe que nas cidades as atividades são bem mais distintas e os indivíduos têm maiores oportunidades de trabalho livre, fator que determina a concentração nas cidades acentuada nas cidades. Tal fator produz uma estruturação e relocação dos aspectos da paisagem até então considerada rural, que adquire formas diferenciadas e passa a exercer novas funções dentro de um processo contínuo de evolução (p.56).

Contudo, por mais que fiquem evidenciadas as distinções entre sujeitos rurais e urbanos e por mais que o contato não sirva para homogeneizar, mas para afirmar as diferenças, é impossível sustentar a idéia de que essas culturas saiam ilesas do contato.

A modernidade, de fato, entrou no mundo rural ao mesmo tempo, criam territórios predominantemente rurais em meio urbano e buscar nas cidades bens de consumo que não podem encontrar no campo.

CONCLUSÃO

Estudiosos da vida rural interligada dentro do espaço destinado as edificações, têm chamado a atenção para a mudança de padrão cultural e físico da segunda cidade do Estado da Paraíba entre elas Campina Grande. Onde o crescimento de atividades agrícolas ou a sua permanência se leva em conta vários aspectos que nesse trabalho de pesquisa foram constatados mediante a entrevistas a moradores, proprietários e os órgãos devidamente competentes. Para desenvolver os estudos, reclassificam as informações estatísticas coletadas pelo IBGE, segundo local de moradia, para fugir da clássica divisão entre rural e urbano e ao mesmo tempo considerando apenas o rural somente casos em que moradores que habitam em áreas isoladas, constatam a mudança do padrão e a existência de agricultores e pecuaristas urbanos.

Este trabalho procurou analisar o outro lado da questão, ou seja: o avanço da ocupação tipicamente urbana em áreas oficialmente consideradas rurais. A conclusão a que chegamos é consentânea aponta para a necessidade de discutir os conceitos de área urbana e área rural, adotados pelo IBGE. Além disso, pode-se dizer que uma das principais características da rede urbana campinense é o processo de especulação imobiliária, com formação áreas tendenciosas ao cultivo e a criação na área urbana de Campina Grande. Nessas áreas registra-se com mais frequência cultura e atividades destinadas à comercialização na própria cidade ou entre os como entre os municípios mais próximos, constituindo uma área metropolitana, o que reforça o argumento da necessidade de se analisar e principalmente de constituir estruturas de planejamento urbano na cidade em relação a essas segregações, tratando assim o espaço urbano único mais não deixando as interpelações com o espaço rural.

É importante alertar para a necessidade de o planejamento municipal abarcar todo o território do município e não somente a área considerada urbana, regulando o uso e a ocupação do solo no município de sorte a evitar o surgimento e expansão de ocupações ilegais, a margem do poder público. Campina Grande possui leis desde o mandato do prefeito Evaldo Cruz mais não possui fiscalizações para promover a legalidade.

As evidências culturais e as atividades do meio rural na cidade se dar também por condições afetivas ou até mesmo questões judiciais envolvendo esses espaços, onde muitas vezes acabam como alternativas de renda pelos que possui da herança de seus familiares a atividade rural.

O análise da segregação espacial da população rural, está aliada à importância social, cultural, econômica e física da dimensão de desempenho do fenômeno sócio-espacial caracterizada pelo “acesso ou oportunidade”, que são evidenciadas pela necessidade de um estudos a cerca da acessibilidade às atividades a qual a população rural precisa realizar.

O que se pode notar é uma nova postura por parte de técnicos, de estudiosos e do governo em relação à referida problemática, através de um processo mais inclusivo e equitativo de oportunidades, como garantia do simples direito à cidade e à cidadania. Prejudicar ou restringir o transporte pode ameaçar a continuidade do sistema social e afetar a noção de pertencimento ao espaço.

E de acordo com o que foi notabilizado pelos estudos, percebemos um inchaço urbano e mal distribuído entre habitação e espaço, tornando necessária uma convivência com hábitos e culturas diversas para garantir uma melhor qualidade de vida aos residentes da cidade, infelizmente, tendem a criar segregações ainda mais avassaladoras, visto que o planeta vem cada vez mais se tornando urbano e as modernizações dos espaços rurais contribuem cada vez mais para o êxodo rural que por consequência a vida rural nas cidades utilizada por hábitos e costumes de quem não pode está no seu espaço. Nesse fato concluímos que foi criamos um cenário criado por uma sociedade injustamente exclusiva.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, P.O.R.D. (2003) - Arranjo Produtivo de Couros e Calçados de Campina Grande/PB. Relatório de pesquisa do Projeto PROMOS/SEBRAE. João Pessoa.

AMORIM, Leonilia Maria de. Estudando a historia da Paraíba. Campina Grande-PB,1999.Ed.Cultura Nordestina.

ARAÚJO, José Romero.Jornal O Girassol, Ed. 04/06/2010.

ARAUJO JUNIOR, Vicente Gonçalves, Direito Agrário, doutrina, jurisprudências e modelos.

BERTRAND,Alvin Lee,Sociologia rural:uma analise da vida rural contemporânea.São Paulo:Editora Atlas S. A.

BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo. & CARVALHO, Luiz Paulo de. Algodão colorido no Brasil, em particular no Nordeste e no Estado da Paraíba. Campina Grande: EMBRAPA, 2004.

CÂMARA, Epaminondas. Os alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864). Campina Grande, Prefeitura Municipal/Sec. de Educação/Núcleo Cultural Português. Ed. Caravela, 1999. 124 p.

CAVALCANTE, Lana de Souza. Geografia da Cidade:a produção do espaço urbano de Goiânia.Goiânia:Editora alternativa,2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade/ Ana Fani Alessandri Carlos. 8ª Ed. 1ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2007. (repensando a geografia)

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 2ª Ed. - São Paulo: Ática, 1993.

CASCUDO, Luís da Câmara. Vaqueiros e cantadores. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1970.

DELGADO, Guilherme da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil. São Paulo: Icone Ed. 1985.

DINOÁ, Ronaldo. Memórias de Campina Grande. Volume 1, Campina Grande: Editoração Eletrônica, 1993, 565 p.

FIGUEIRÊDO, Milton Luis de. Geografia de Campina Grande-PB. Campina Grande, 2007. Ed. Paraíba.

FURLANETTO, D. A.; Cruz, J. M.; ALMEIDA, R. S. de Promoção Imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia, 1987, 49 (2), p.27-56.

Fundação Nacional de Saúde. (2004). Manual de controle de roedores. Brasília: FNS.

Gonzaga de Sousa, L. (2006) Economia, Política e Sociedade. Edição eletrônica. Texto completo em www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/ acesso em 23/03/2011.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). IMAGENS Multifacetadas da História de Campina Grande. João Pessoa: A União Editora, Prefeitura Municipal de Campina Grande / Secretaria da Educação, 2000. 189 p.

<http://www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/2r.htm>. Acesso em 23/06/2008.

<http://www.ogirassol.com.br/pagina.php?editoria=Opinioao&idnoticia> Acesso em 04/04/2011.

http://www.wiiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/cap2_areasurbanas.pdf acesso em 10/04/2011.

http://restosdecoleccion.blogspot.com/2009_08_01_archive.html acesso em 11/04/2011

<http://www.eumed.net/libros/2008a/372/ESTRUTURA%20URBANA.htm> acesso em 04/03/2011.

<http://territorioborema.blogspot.com/2011.acesso/abril> de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Campina_Grande.

IBGE – Sinopse Estatística Paraíba 1971. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico da Fundação IBGE, 1971, 148 p.

JOFFILY, Irineo. Notas sobre a Paraíba. Brasília: Thesaurus, 1977.

LAUREANO, Delze dos Santos. A criação de pequenos animais em áreas urbanas. Aspectos legais e sócio-ambientais. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1992, 14 dez. 2008.

LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Madri: Alianza, 1983.

_____. O pensamento marxista e a cidade. Lisboa: Ulisseia, 1972.

_____. O direito à Cidade. São Paulo: Documentos, 1969.

MAIA, Doralice Sátyro. Tempos Lentos na Cidade: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. Tese de doutorado. São Paulo-SP, 2000.

MAIA, Doralice Sátyro. A Feira de Gado na Cidade: Encontros, conversas e Negócios. Revista Formação, nº14 volume 1. João Pessoa-PB, 2006.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole”. In: MAGNANI, José Guilherme & TORRES, Lilian de Lucca (Orgs). Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo: Edusp, 1996.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3ª Ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARIZ, Celso. Evolução Econômica da Paraíba. João Pessoa: A União Editora, Paraíba, 1939. 218 p.

MOREIRA, Emilia e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

PINSKY, JAIME. Jaime Pinsky e Carla Bessanezi Pinsky. Primeiras civilizações Edit. Contexto 1983.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6ª. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. A natureza do espaço. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SETTE, Mario. A filha de D.Sinha.3 ed.Rio de Janeiro:Casa do Estudante do Brasil,1952.

SILVA, José Graziano da. Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna. Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

SILVA, José Afonso da, Direito Urbanístico Brasileiro, São Paulo: Malheiros, 2008.

SOGAME, Mauricio. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação social. Geografares, vitória, nº2, jun.2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2003

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão, Arthur Magon Whitacker (organizadores) Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural/ -- 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SYLVESTRE, Josué. Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo. Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993, p. 350.

RUA, João. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). Estudos de geografia fluminense. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002a. p. 27-42.

VEIGA, Josá Eli, Nem Tudo é Urbano, Revista Ciência e Cultura. vol.56 no.2 São Paulo Apr./June 2004.

WILHEIM, Jorge. Política de Desenvolvimento Urbano e Regional. São Paulo, Ed. DBA. 1976

